

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Paulo Cesar Maluf (Cades Lapa)	No Jaguaré precisamos a reurbanização das favelas, construção da ponte da Alexandre Mackenzie a Mofarrej, criação de um Parque com equipamentos públicos e de inclusão social, melhorias da mobilidade no Parque Continental e no Jaguaré, crescimento de Osasco afeta essa região, estudo das ciclofaixas na região, construção da estação trem presidente Altino, readequação das praças do Distrito Jaguaré, como iluminação e equipamentos, liberação das vias públicas que estão tomadas por moradias irregulares, Saneamento Básico.	Mapa base	As favelas do distrito do Jaguaré, localizadas no interior do perímetro do ACP, serão consideradas no Projeto de Lei. As soluções serão adotadas em função de uma análise pormenorizada e por meio do diálogo com a população de cada comunidade, uma vez que existem situações bem diversas pelo território. O ACP resguarda 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados para provisão habitacional de interesse social (ver Art. 31 do Projeto de Lei), além de utilizar de forma estratégica a Cota de Solidariedade do Projeto Estratégico da CEAGESP, para que parte dela seja aplicada em seu interior (ver Art. 23 do Projeto de Lei). Sobre a construção da ponte no prolongamento da Av. Alexandre Mackenzie, ela é oportuna, e foi contemplada no Projeto de Lei. No entanto, a conexão direta com a Av. Mofarrej é inviabilizada pela existência do viaduto da Av. Ruth Cardoso.
Paulo Cesar Maluf	Temos que dar prioridade na urbanização das favelas no Jaguaré, Saneamento Básico, construção da ponte ligando a Av Alexandre Mackenzie a Mofarrej, criação de um parque no Jaguaré, a melhoria da mobilidade no Parque Continental e Jaguaré, com impacto do crescimento de Osasco, a construção da unidade básica saúde.	Notícias	No que se refere às praças do Jaguaré, está prevista a implantação de novas Áreas Verdes a partir da destinação obrigatória oriunda do parcelamento dos grandes lotes que existem no distrito, que terão sua transformação incentivada. Tal incentivo à transformação também soluciona questões de mobilidade no distrito do Jaguaré, uma vez que promove a abertura de novas vias pelo empreendedor, articuladas às ruas do bairro. Também colaboram para a questão ambiental e de mobilidade do Jaguaré a implantação de caminhos verdes nas vias principais (ver Mapa IV - Compartimentos Ambientais e Áreas Verdes).
Eduardo Fiora (Jornalista)	O território do Jardim Humaitá, com área Zeis e Zona Industrial demarcadas, precisa de atenção. A recente remoção da favela Humaitá gerou importante cadastro no sistema Sehab. Importante que, na formatação da quantidade de HIS a ser ofertada, essa demanda Humaitá seja levada em conta. A população removida tem o direito de voltar ao território, prioritariamente, já que estamos falando de um futura AIU, Zona Industrial demarcada no PDE precisa entrar em sintonia com o planejamento urbano projetado para a vizinha Leopoldina. Talvez fosse o caso de pensar no Humaitá como centro de operações logísticas atendendo em parte as demandas do centro de tecnologia previsto para a Leopoldina.	Comentários	As questões habitacionais no território do Jardim Humaitá são importantes para o ACP. Com vistas a promover ações de urbanização e regularização fundiária nos assentamentos precários nessa área, bem como prover novas áreas destinadas à habitação de interesse social, foi definida uma Área de Estruturação Local (AEL) sobre este território. O Quadro 2A do Projeto de Lei garante que a solução das questões habitacionais seja acompanhada da implantação de novas áreas verdes e equipamentos e que as estratégias de projeto considerem as questões de contaminação e risco geológico existentes no local. Ressalta-se, ainda, que a provisão habitacional da AEL poderá ser destinada à população residente ou não na própria AEL, que tenha sofrido e que venha sofrer deslocamento involuntário, que esteja vinculada ao atendimento habitacional provisório e que se enquadre nos critérios de HIS1 – Habitação de Interesse Social 1, conforme definido no Plano Diretor Estratégico – Lei Municipal nº 16.050/2014. A questão de se implantar um centro de operações logísticas é oportuna e está sendo estudada com o intuito de encontrar um local para a sua instalação. Sua implantação não necessita de disposições específicas do PIU ACP.
Marcia Woods (Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros)	A SAAP – Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros, representa um bairro-jardim residencial de baixa densidade, que é vizinho da área delimitada para o Pio Arco Pinheiros promover a transformação e qualificação do território. Apontamos que é essencial a implantação de um plano de mobilidade para absorver a população adicional de 80.000 pessoas prevista em 30 anos nesta área. O Corredor Metropolitano previsto na Gastão Vidigal Seria será estante uma vez que: 1- Sua continuidade é inviável pois terá alto impacto negativo no bairro Alto dos Pinheiros 2- A Cerro Corá, hoje já é muito sobrecarregada. Será necessário priorizar a linha de Metrô que serve esse setor para viabilizar as transformações propostas.	Comentários	Um Plano de Mobilidade para contemplar o adensamento previsto é fundamental. O ACP adota a estratégia de incentivar a intermodalidade e a utilização diversificada dos modais presentes no seu perímetro. A implantação de novas cicloviárias e ciclopassarelas conectando o território às estações do trem, os caminhos verdes promovendo percursos confortáveis em direção às faixas exclusivas e futuros corredores de ônibus, a abertura de novas vias públicas e a implantação de novas pontes (uma no prolongamento da Av. José Maria da Silva em direção à CEAGESP e outra conectando a Av. Alexandre Mackenzie com a Av. Ruth Cardoso) são exemplos de estratégias que provocam a distribuição do uso da infraestrutura urbana de mobilidade (ver Mapa VI - Programa de Intervenções).
SAAP	A SAAP – Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros, representa um bairro-jardim residencial de baixa densidade, que é vizinho da área delimitada para o Pio Arco Pinheiros promover a transformação e qualificação do território. Apontamos que é essencial a implantação de um plano de mobilidade para absorver a população adicional de 80.000 pessoas prevista em 30 anos nesta área. O Corredor Metropolitano previsto na Gastão Vidigal Seria será estante uma vez que: 1- Sua continuidade é inviável pois terá alto impacto negativo no bairro Alto dos Pinheiros 2- A Cerro Corá, hoje já é muito sobrecarregada. Será necessário priorizar a linha de Metrô que serve esse setor para viabilizar as transformações propostas.	Notícias	Além disso, o adensamento está previsto para ocorrer em função da implantação de empreendimentos que contenham uso misto (residencial e não residencial), que devem oferecer novos locais e postos de trabalho no próprio território, com o objetivo de diminuir as distâncias entre moradia e emprego e a dependência em relação ao centro expandido da cidade.
Ana Lúcia Ferreira Ferreira (Autônoma)	Ótimo projeto, que não pode ficar apenas na gaveta. As melhorias para saúde, segurança, mobilidade etc. Na área de saúde e segurança meu bairro JAGUARÉ estar esquecido pelos gestores. Queremos moradias dignas, mais ubs, mais médicos, segurança, e mais opções de mobilidade.	Apresentação	O Projeto de Lei contempla um Programa de Intervenções que pode ser visto em seu Mapa VI. Diversas estratégias ambientais e de mobilidade estão dispostas nesse programa, distribuídas pelo território. No que se refere à questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.
suely miya shiraishi rolleberg albuquerque	Qualquer projeto urbanístico, -mesmo sendo em uma cidade tão grande-, não pode pensar em ser somente uma cidade, tem que se pensar no estímulo, seja em qualquer parte do plano (mesmo aquele em que se pensa que não tem nada a ver), áreas verdes obrigatórias em todo lugar, em calçadas, jardins das casas (!!!até no meio da sala do cidadão!!!), áreas com terrenos para estimular cidadãos a plantar; terrenos permeáveis a chuva, fluxo de carros inteligente, locais de descarte de materiais de fácil, acesso a todos, lixeiras; locais na frente, próximos, muito próximos de casa para caminhadas e andar de bicicletas, atividade física; coleta seletiva 3 vezes por semana (que é a maior quantidade de lixo/que hoje funciona só para prédios, o lixo orgânico que é recolhido 3 vezes na semana e tem volume menor). Sistemas de segurança e Plantão policial. Leis que proíbam abordagem de motoristas (flanelinhas, vendedores ambulantes) pois criam insegurança e violência ao motorista e mesmo abordagem de cidadãos em ruas, dentro de transportes públicos.	Modelo de gestão democrática	
suely miya shiraishi rolleberg albuquerque	Projetos tem que ser iniciados imediatamente pois senão morrem no papel. Todos os projetos urbanísticos tem que ter um objetivo, essencial, que é o cidadão. Para tanto tem que ter necessariamente: 1. áreas com ofertas amplas e variadas de emprego e junto, integrado, áreas de conjuntos habitacionais integrado com áreas de lazer em que o cidadão possa saindo de sua casa fazer sua caminhada, corrida, atividade física. 2. ter um posto de saúde com área para estímulo da qualidade de vida (nutrição, práticas corporais e atividades físicas, aberta ao público). 3. ter uma (várias: crianças e adolescentes devem poder ir a escola à pé) ótima escola pública integral, para ensino com área para esportes para desenvolvimento das crianças e de forma que possa ser também aberto ao público. 4. ter um parque com áreas verdes e parte esportiva (quadras de futebol, basquete,...). 5. Metrô de fácil acesso para todos. 6. Sistema de segurança efetivos: iluminação, câmeras, policiamento em áreas monitoradas como inseguras ou perigosas. 7. policiamento através de câmeras e policiais. 8. Cicloviárias que tenham conexão inteligente. 9. As moradias podem ser planejadas de modo que a parte de baixo seja espaço aberto para áreas verdes e locais para que qualquer um (não só os moradores) possam frequentar e fazer suas atividades físicas e construir relacionamentos de afetividade com seus filhos, família, vizinhos e todos os frequentadores (estimulando afetividade, diminuí-se a violência)(temos necessidade de estimular as relações afetivas entre as pessoas, permitir que a criança possa optar por BRINCAR fora de 4 paredes devido ao medo, a violência e crescer de forma a aprender a estar com outras pessoas. Todas as Secretarias devem trabalhar juntas para construir um projeto que não é de coisas, é um projeto para convivência de pessoas.	Características básicas da proposta	O adensamento com diversidade de usos associados a áreas livres é, de fato, uma estratégia importante para o PIU ACP. Esse tipo de adensamento promove urbanidade e diminui as distâncias entre o local de moradia, trabalho e lazer da população. Uma das estratégias para essa aproximação é justamente o incentivo às áreas de fruição pública no térreo dos empreendimentos de uso misto nos eixos definidos como Eixos Estratégicos do projeto (ver Mapa II), que são as principais vias públicas do projeto, ao longo das quais será promovido o adensamento. Para lotes voltados para esses eixos, será obrigatória, segundo o Art. 10 do Projeto de Lei, a "destinação de área para fruição pública equivalente a no mínimo 20% (vinte por cento) da área do lote, em espaço livre ou edificado, ao nível do passeio público ou no pavimento térreo", bem como "fachada ativa em no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da testada do lote em empreendimentos residenciais ou não residenciais". Tais obrigações, na Lei de Zoneamento, se aplicam às áreas de ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP, ZC e ZCa, e no PIU ACP foram incorporados às demais áreas pelas quais passam os Eixos Estratégicos, incrementando a oferta de espaços livres e a interface entre o público e o privado e coibindo empreendimentos isolados do contexto urbano. Além disso, o Art. 15 do Projeto de Lei incentiva o uso não residencial associado a empreendimentos residenciais, incorporando disposições do Art. 62 do Zoneamento aos Eixos Estratégicos, visando promover uso misto ao longo dessas vias.
XXXX XXXX (XXXX)	Há demanda para uma estação da CPTM - Linha 9 na altura da praça do relógio? Acredito que sim, essa transversal poderia ser pensada como integração até a estação.	Comentários	A sugestão de uma nova estação foi considerada como um dos cenários possíveis de incremento da oferta de mobilidade do PIU ACP, possivelmente conectando-se à praça do relógio da Cidade Universitária e melhorando a acessibilidade dos estudantes da USP. A implantação dessa estação, no entanto, depende do alinhamento entre diferentes entes e esferas do poder público.

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
SILAS DE OLIVEIRA E SILVA (PROFISSIONAL AUTÔNOMO)	Necessitamos mais áreas verdes nas regiões do Butantã e Vila Leopoldina, e que sejam conservadas, evitando-se a todo custo a ocupação e a destruição das mesmas, como vem ocorrendo no canteiro da Avenida Gastão Vidigal e na Avenida Politécnica. Aliado à isso, também faz-se necessária a formação de mão de obra especializada das pessoas que moram nos bairros em questão, através da ampliação ou um incremento dos cursos técnicos já existentes (SENAI) e universitários (UMC, São Judas), tendo em vista as empresas que venham a se estabelecer no futuro Pólo Tecnológico do Ceagesp. Isso não pode ocorrer simplesmente com o inchaço populacional, mas sim com programas habitacionais para as pessoas que são dos bairros, e repetindo, a capacitação técnica das mesmas, com vistas a esse novo mercado de trabalho. Necessário também a reestruturação do trânsito e do transporte público para quem virá para os bairros em questão (mais linhas, sobretudo as que foram extintas 477A-10 Sacomã) E para os que moram nos bairros em questão, também será necessária a vinda ou a volta de linhas de transporte para quem mora na Leopoldina, por exemplo e trabalha em outros bairros. Atualmente só há uma linha para o Itaim Bibi pela Gastão Vidigal, outra para a Paulista pela avenida Imperatriz e para quem já vive aqui e trabalha em outros bairros. Não podemos deixar os moradores daqui, que trabalham em outros bairros, sem a atenção devida. O trabalho social por sua vez, feito por ONGS e igrejas, junto a moradores e ocupantes do espaço público (calçadas e praças) precisa ser unificado e com índices de produtividade, como toda e qualquer empresa. Os dependentes químicos precisam ser encaminhados a tratamentos, as demais pessoas em idade produtiva, precisam ser preparadas para o mercado de trabalho. As ajudas e iniciativas precisam ser um trampolim para a mudança de vida e não simplesmente um incentivo para que continuem morando na rua. Está havendo um trabalho sem coordenação, onde cada entidade faz o seu trabalho (louvável, sem dúvida) porém em paralelo aos equipamentos já existentes (albergues, Assistência Social da prefeitura e ATENDE) O que sobra deste atendimento, principalmente o feito na rua é um rastro de degradação do espaço público, através dos restos de materiais não degradáveis e comida não consumida, atraindo vetores e incentivando a permanência na rua destas pessoas. Destaco o trabalho da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, na Vila Leopoldina, onde as refeições são servidas em local próprio com vistas à inserção das pessoas na sociedade, dando o devido valor ao alimento e ao aspecto humano. Em relação à segurança faz-se necessária o apoio material, financeiro e humano aos policiais das delegacias e aos batalhões da PM, que prestam serviço aos bairros em questão, além do incremento de ações que propiciem a extinção do tráfico de drogas, muito presente na região e demais atividades delitivas.	Apresentação	<p>O canteiro central da Av. Dr. Gastão Vidigal é uma importante área verde do bairro da Vila Leopoldina e sua requalificação está prevista no Programa de Intervenções do PIU ACP.</p> <p>A inclusão sócio-educacional da população de baixa renda moradora do perímetro nas atividades e programas do futuro Distrito de Inovação é uma sugestão oportuna e de extrema importância. Tal sugestão foi incorporada ao Projeto de Lei na seção dos objetivos do projeto (ver Art. 6º, inciso XIV).</p> <p>A população moradora de rua é grande no distrito da Vila Leopoldina, principalmente no entorno da Ceagesp. O processo de parcelamento do solo destinará áreas institucionais, nas quais poderão ser implantados equipamentos públicos que possam garantir o atendimento à essa população.</p>
Carlos Wagner	As propostas para o AEL Humaitá (área isolada no perímetro do PIU) estão muito superficiais. Foi citado a instalação de equipamentos urbanos (qual(is) ?) e criação de áreas verdes (limpeza de praças ? e reflorestamento), porém a oferta de transporte coletivo e mobilidade que iria resolver o problema de isolamento foi tratada de forma superficial em relação a outras áreas mais próximas ao Parque Tecnológico (futuro CITI – CEASA e USP). Minha sugestão é que seja acrescentado aos planos para o AEL Humaitá um maior foco a oferta de transporte coletivo e mobilidade definida pelo Art. 149 do PDE. O ideal seria que a área fosse um ponto de intersecção de áreas verdes e de mobilidade urbana para que tenha uma REAL integração ao parque tecnológico e as demais áreas do PIU Pinheiros. A área do HUMAITÁ tem muito a contribuir com ponto de intersecção e alternativa a novas rotas de mobilidade e logística desafiando outras vias como Guaipa, Imperatriz Leopoldina e Gastão Vidigal As ações estão muito concentradas em subáreas áreas que querem determinar como nobre. Os recursos públicos devem ser distribuídos para todos e permear todo o perímetro. Atual desvantagens: - Isolado de vias públicas e parques públicos (VLVL); - Presídio; - Favela Urbanizada (Major Paladino); - Depósito de Rejeitos EMAE; - Deficiência de Transporte Público (trânsito); - Área abandonada vulnerável a invasões; Atual vantagens: - Área com baixa necessidade de desapropriações; - Potencial para construções de médio a grande porte (terminais); - Ponto estratégico de intersecção metroferroviária; hidrovias; rodovias, marginais e parques (VLVL); - Ser uma área de Distribuição e Logística; - Centro de Exposição (ITM –Expo); Sugestão de acréscimo ao projeto: - Ciclovias VLVL: integrando o parque Vilas Boas e o Parque Vila Lobos corredor verde -Base: ampliar a área do Território de Integração já proposta - Trilho Estação Humaitá-ITM Expo (VLT): conectando as estações Imperatriz Leopoldina (Linha 7) e Estação Ceasa (Linha 9) - Base: fortalecimento da microacessibilidade, conectando áreas isoladas, de forma a romper barreiras formadas pelos grandes lotes e pelas infraestruturas existentes) - Terminal de ônibus Humaitá: corredor ITM Expo – CITI (estação CEASA) paralelo e alternativo a grandes avenidas Av Gastão Vidigal e Av. Imperatriz Leopoldina com paradas nas transversais destas mesmas avenidas. Base: interligação de modais (ciclovias e trilhos) além de ser um ponto de convergência das Av. dos Remédios (Osasco). Av. Silva Ayrosa (Pirituba) – conexão alternativa da zona Noroeste ao PIU Pinheiros e zona Sul.	Comentários	<p>A AEL Humaitá necessita, de fato, de maior conexão com o Distrito de Inovação previsto para a área da CEAGESP. Para isso, foram determinadas para o Projeto Estratégico CEAGESP algumas diretrizes que garantem a conexão com seu contexto urbano (ver Quadro 2A do Projeto de Lei).</p> <p>Complementarmente, o Programa de Intervenções contempla uma passagem de veículos, pedestres e ciclistas ao longo da Rua Othão prolongando-a tanto em direção à área da AEL Humaitá como em direção ao Pavilhão Central da CEAGESP.</p> <p>No que se refere aos equipamentos previstos para a AEL Humaitá e para o PIU ACP, estes serão, em sua maioria, oriundos do parcelamento incentivado de grandes glebas, tais como a CEAGESP, que ao serem transformadas terão de destinar 5% para áreas institucionais. O programa para esses lotes institucionais só poderá ser especificado no momento do parcelamento, sendo mais precisa a definição dentro de um futuro contexto.</p>
Carlos Wagner	Inserir no projeto a utilização das avenidas: Av. Engenheiro Roberto Zuccolo e Av. Cardeal Santiago Luis Copello (área subaproveitada do ITM -Expo) como alternativa as outras avenidas já sobrecarregadas (Gastão Vidigal e Imperatriz Leopoldina) através da implantação de: 1. Terminal de ônibus que conecta a CPTM (Linha 8 - Imperatriz Leopoldina e Linha 9 - Ceasa) 2. Ciclovias entre os parques Vilas Boas e Vila Lobos; 3. Estação VLT - Humaitá-ITM Expo: conexão por trilhos entre as estações Imperatriz Leopoldina - Linha 8 e Ceasa - Linha 9 da CPTM. Esta área não demanda alta necessidade de desapropriação seria alternativa as já sobrecarregadas avenidas desde a Gastão Vidigal até Cerro Cora , Praça Panamericana e Faria Lima (Linha Amarela do Metrô)	Comentários	É importante a conexão entre os Parques Villa-Lobos e Orlando Villas-Bôas. O Projeto de Lei a prevê por dois caminhos: i) por meio do prolongamento e arborização das ruas Othão e José César de Oliveira, previsto nas diretrizes de parcelamento da Ceagesp (ver Quadro 2A do Projeto de Lei); e ii) pela requalificação da Av. Dr. Gastão Vidigal, prevista no Programa de Intervenções (ver Mapa VI do Projeto de Lei).
Jonas Federighi (REM CONSTRUTORA)	Eu havia dado a sugestão de se incentivar projetos na região de Student Living por reduzir emissão de gás carbônico em função da proximidade da USP. A sugestão havia sido acatada mas não a vi refletida no texto da lei. Agradeceria o esclarecimento.	Parâmetros urbanísticos	Aproximar o local de moradia dos estudantes da USP é uma importante estratégia. O Projeto de Lei incentiva este uso ao dispor sobre a permissão de implantação de empreendimentos predominantemente residenciais no perímetro do Projeto Estratégico do Núcleo do Parque Tecnológico e na Centralidade do Jaguaré, uma vez que este uso não é permitido na legislação atual para a área do Jaguaré (ZDE-2).
Aline Cavalcante (ciclocidade)	Precisamos de novos acessos com a ciclovias da marginal pinheiros e dando continuidade a ela em toda sua extensão sentido zona norte. o Grupo Gestor terá cadeira de mobilidade e sugiro ela ser indicado pelo CMTT da SMT. Outras cadeiras setoriais também deveriam ser indicados pelos Conselhos existentes já referendados pela população.	Perímetro de intervenção	A ciclovias prevista pela Operação Urbana Faria Lima consiste em uma ciclofaixa adaptada ao leito carroçável da Ponte do Jaguaré. O PIU ACP sendo um projeto a longo prazo propõe uma ciclopassarela no vão central da ponte, conectada diretamente à Estação Jaguaré/Villa-Lobos da CPTM. No que se refere à cadeira de mobilidade no Conselho Gestor da AIU ACP, o Projeto de Lei propõe que a indicação seja feita pelo Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT).
Sasha Hart (Universidade de São Paulo)	A cadeira de mobilidade do Grupo Gestor deve ser indicada pelo CMTT da SMT. Outras cadeiras setoriais também deveriam ser indicados pelos Conselhos existentes que já tem representantes da população.	Modelo de gestão democrática	A cadeira de mobilidade está prevista no Projeto de Lei para ser indicada pelo Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT). Este procedimento também foi proposto para indicação de outros representantes que integrarão o Conselho Gestor.
Sasha Hart (Universidade de São Paulo)	De modo a conectar áreas de trabalho/estudo/moradia/esporte, a ciclovias da Marginal Pinheiros deve ser expandida até a Marginal Tietê e ter novos acessos construídos com todas as pontes por onde ela passa.	Proposta urbanística	Não há previsão, no momento, de implantação de ciclovias na Marginal Tietê.
alex BARBOSA ()	Proponho dobrar os coeficientes de aproveitamento máximo nas áreas onde não há limite de altura e com isso deveria ser ajustados os valores cobrados para a arrecadação ser a mesma, a medida seria importante com vistas ao adensamento de empregos, moradias e serviços em área com boa infraestrutura. Creio que as intervenções deveria prever um VLT para interligar as regiões mais distante a CPTM e ao metrô, por exemplo um VLT que interligasse a estação Vila Lobos a estação Imperatriz Leopoldina pela gastão vidigal passando por uma área de intensificação do uso do solo.	Comentários	O adensamento previsto pelo PIU ACP é compatível com o potencial construtivo adicional preestabelecido pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402/2016). Desta forma, a proposta de dobrar os coeficientes de aproveitamento não seria compatível com a infraestrutura urbana existente e prevista para o território.
Sociedade dos Moradores do Butantã City Sociedade dos Moradores do Butantã City Sociedade dos Moradores do Butantã City	A Sociedade Moradores do Butantã City, apoiada por moradores da City Butantã, manifesta-se totalmente contrária ao PIU Arco Pinheiros por várias razões: a) as intervenções propostas contrariam flagrantemente os princípios e diretrizes ambientais do PDE e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo porquanto não melhorarão mas piorarão as condições ambientais locais e da cidade, significando claro retrocesso ambiental. A ZOE Cidade Universitária e a ZER City Butantã que lhe é lindeira, cujo perímetro se inicia exatamente na Rua Alvarenga, vizinha imediata do limite do perímetro do PIU, com as características que têm, prestam relevantes serviços ambientais à cidade: a.1) mitigando os efeitos das suas ilhas de calor; a.2) permitindo a ação dos ventos na dispersão dos poluentes, agindo em favor das condições de saúde na cidade, sobretudo na prevenção de doenças respiratórias, cardíacas e mentais; b) Para a ZOE Cidade Universitária pede-se a manutenção dos atuais parâmetros de ocupação do solo; c) como as informações prestadas sobre o PIU são vagas e genéricas, a Sociedade Moradores do Butantã City já antecipa que também repudia qualquer eventual incidência do PIU Arco Pinheiros sobre a Rua Alvarenga, onde os imóveis são gravados por restrições contratuais do loteador Companhia City, loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, registrado publicamente, o que significa ato jurídico perfeito com proteção constitucional, de observância obrigatória, conforme já firmado em decisão transitada em julgado do Superior Tribunal de Justiça; d) é incabível a Passarela sobre o Rio Pinheiros na altura do Jaguaré para transposição do Rio por ciclistas, pois, por obrigação imposta pelo licenciamento ambiental da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, a transposição do Rio Pinheiros por ciclovias é obra que será executada no âmbito dessa Operação Urbana, custeada por CEPACS. Portanto, descabe outro investimento público para a mesma finalidade; e) as alterações de parâmetros urbanísticos propostas no PIU Arco Pinheiros desconsideram a carta geotécnica, pretendem promover forte verticalização em terrenos frágeis, o que significa poluição e degradação das águas subterrâneas; f) desconsidera todo e qualquer impacto ambiental; g) não traz qualquer estudo sobre infraestrutura, previsão para ela, tratativas com os órgãos públicos como Sabesp, Enel etc ... Trata-se de um plano vago, com evidente desrespeito ao meio ambiente.	Apresentação	<p>O PDE definiu o território da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) como território com potencial de transformação, a partir da potencialização da infraestrutura existente, definindo os objetivos específicos para o Setor da Orla Ferroviária e Fluvial, no qual se insere o PIU Arco Pinheiros. O adensamento previsto pelo PIU ACP é compatível com o potencial construtivo adicional preestabelecido pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.</p> <p>O PIU ACP buscou definir as áreas propostas a receberem maior adensamento construtivo e populacional, identificadas como Áreas de Transformação de tipo T2, distantes das áreas estritamente residenciais ZER lindeiras ao perímetro do Arco Pinheiros (City Butantã, City Alto da Lapa e Parque Continental) bem como da Cidade Universitária, e, desta forma, promover uma transição gradual na morfologia urbana, proporcionando melhores condições de ventilação, insolação e movimentação da avifauna.</p> <p>A ciclovias prevista pela Operação Urbana Faria Lima consiste em uma ciclofaixa adaptada ao leito carroçável da Ponte do Jaguaré. O PIU ACP sendo um projeto a longo prazo propõe uma ciclopassarela no vão central da ponte, conectada diretamente à Estação Jaguaré/Villa-Lobos da CPTM.</p>

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Carlos Rezende ()	Manifesto-me totalmente contrário ao PIU Arco Pinheiros por várias razões; a) as intervenções propostas contrariam flagrantemente os princípios e diretrizes ambientais do PDE e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo porquanto não melhorarão mas piorarão as condições ambientais locais e da cidade, significando claro retrocesso ambiental. A ZOE Cidade Universitária e a ZER City Butantã que lhe é lindeira, cujo perímetro se inicia exatamente na Rua Alvarenga, vizinha imediata do limite do perímetro do PIU, com as características que têm, prestam relevantes serviços ambientais à cidade: a.1) mitigando os efeitos das suas ilhas de calor; a.2) permitindo a ação dos ventos na dispersão dos poluentes, agindo em favor das condições de saúde na cidade, sobretudo na prevenção de doenças respiratórias, cardíacas e mentais; b) Para a ZOE Cidade Universitária pede-se a manutenção dos atuais parâmetros de ocupação do solo; c) como as informações prestadas sobre o PIU são vagas e genéricas, a Sociedade Moradores do Butantã City já antecipa que também repudia qualquer eventual incidência do PIU Arco Pinheiros sobre a Rua Alvarenga, onde os imóveis são gravados por restrições contratuais do loteador Companhia City, loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, registrado publicamente, o que significa ato jurídico perfeito com proteção constitucional, de observância obrigatória, conforme já firmado em decisão transitada em julgado do Superior Tribunal de Justiça; d) é incabível a Passarela sobre o Rio Pinheiros na altura do Jaguaré para transposição do Rio por ciclistas, pois, por obrigação imposta pelo licenciamento ambiental da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, a transposição do Rio Pinheiros por ciclovia é obra que será executada no âmbito dessa Operação Urbana, custeada por CEPACs. Portanto, descabe outro investimento público para a mesma finalidade; e) as alterações de parâmetros urbanísticos propostas no PIU Arco Pinheiros desconideram a carta geotécnica, pretendem promover forte verticalização em terrenos frágeis, o que significa poluição e degradação das águas subterrâneas; f) desconidera todo e qualquer impacto ambiental; g) não traz qualquer estudo sobre infraestrutura, previsão para ela, tratativas com os órgãos públicos como Sabesp, Enel etc ... Trata-se de um plano vago, com evidente desrespeito ao meio ambiente.	Proposta urbanística	O PDE definiu o território da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) como território com potencial de transformação, a partir da potencialização da infraestrutura existente, definindo os objetivos específicos para o Setor da Orla Ferroviária e Fluvial, no qual se insere o PIU Arco Pinheiros. O adensamento previsto pelo PIU ACP é compatível com o potencial construtivo adicional preestabelecido pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. O PIU ACP buscou definir as áreas propostas a receberem maior adensamento construtivo e populacional, identificadas como Áreas de Transformação de tipo T2, distantes das áreas estritamente residenciais ZER lindeiras ao perímetro do Arco Pinheiros (City Butantã, City Alto da Lapa e Parque Continental) bem como da Cidade Universitária, e, desta forma, promover uma transição gradual na morfologia urbana, proporcionando melhores condições de ventilação, insolação e movimentação da avifauna. A ciclovia prevista pela Operação Urbana Faria Lima consiste em uma ciclofaixa adaptada ao leito carroçável da Ponte do Jaguaré. O PIU ACP sendo um projeto a longo prazo propõe uma ciclopassarela no vão central da ponte, conectada diretamente à Estação Jaguaré/Villa-Lobos da CPTM.
Renata Esteves ()	Manifesto-se totalmente contrária ao PIU Arco Pinheiros por várias razões; a) as intervenções propostas contrariam flagrantemente os princípios e diretrizes ambientais do PDE e da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo porquanto não melhorarão mas piorarão as condições ambientais locais e da cidade, significando claro retrocesso ambiental. A ZOE Cidade Universitária e a ZER City Butantã que lhe é lindeira, cujo perímetro se inicia exatamente na Rua Alvarenga, vizinha imediata do limite do perímetro do PIU, com as características que têm, prestam relevantes serviços ambientais à cidade: a.1) mitigando os efeitos das suas ilhas de calor; a.2) permitindo a ação dos ventos na dispersão dos poluentes, agindo em favor das condições de saúde na cidade, sobretudo na prevenção de doenças respiratórias, cardíacas e mentais; b) Para a ZOE Cidade Universitária pede-se a manutenção dos atuais parâmetros de ocupação do solo; c) como as informações prestadas sobre o PIU são vagas e genéricas, a Sociedade Moradores do Butantã City já antecipa que também repudia qualquer eventual incidência do PIU Arco Pinheiros sobre a Rua Alvarenga, onde os imóveis são gravados por restrições contratuais do loteador Companhia City, loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, registrado publicamente, o que significa ato jurídico perfeito com proteção constitucional, de observância obrigatória, conforme já firmado em decisão transitada em julgado do Superior Tribunal de Justiça; d) é incabível a Passarela sobre o Rio Pinheiros na altura do Jaguaré para transposição do Rio por ciclistas, pois, por obrigação imposta pelo licenciamento ambiental da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, a transposição do Rio Pinheiros por ciclovia é obra que será executada no âmbito dessa Operação Urbana, custeada por CEPACs. Portanto, descabe outro investimento público para a mesma finalidade; e) as alterações de parâmetros urbanísticos propostas no PIU Arco Pinheiros desconideram a carta geotécnica, pretendem promover forte verticalização em terrenos frágeis, o que significa poluição e degradação das águas subterrâneas; f) desconidera todo e qualquer impacto ambiental; g) não traz qualquer estudo sobre infraestrutura, previsão para ela, tratativas com os órgãos públicos como Sabesp, Enel etc ... Trata-se de um plano vago, com evidente desrespeito ao meio ambiente.	Comentários	
Luiz Alves (Pesquisador de mobilidade urbana)	A criação de novos acessos com a ciclovia da marginal pinheiros e a extensão ao Norte até a Ponte dos Remédios ou a futura Ponte Lapa-Pirituba melhora muito a mobilidade urbana na região.	Comentários	O Mapa VI - Programa de Intervenções contempla uma nova rede cicloviária que busca conectar-se à estações de trem existentes e completar a rede cicloviária do perímetro.
Luiz Alves (Pesquisador de mobilidade urbana)	Sugiro que a cadeira de mobilidade do Grupo Gestor ser indicado pelo CMTT da SMT. Outras cadeiras setoriais também deveriam ser indicadas pelos Conselhos existentes.	Comentários	A cadeira de mobilidade está prevista no Projeto de Lei para ser indicada pelo Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT).
Sociedade dos Moradores do Butantã City Sociedade dos Moradores do Butantã City (Sociedade dos Moradores do Butantã City)	A Sociedade dos Moradores do Butantã City se manifesta contra o novo acesso à "R. Teixeira Soares", adentrando o Bairro City Butantã, indicado como "Novos acessos/saídas previstos" no slide "Integração USP e cidade", slide 65 da Apresentação do PIU Arco Pinheiros ao Setor Acadêmico, ocorrida em 10.05.2019, constante do site Gestão Urbana. A Rua Engenheiro Teixeira Soares é rua de Zona Exclusivamente Residencial ZER-1 City Butantã, bairro da Companhia City, com obrigatoria baixa incomodidade conforme Quadro 4B da Lei 16.402/16. Ainda, a ZER-1 City Butantã é classificada pela Companhia de Engenharia de Tráfego CET como Zona Especial de Restrição de Circulação - ZERC. "área ou via em Zonas Exclusivamente Residenciais - ZER, conforme definição do Plano Diretor Estratégico do Município, com necessidade de restrição ao trânsito de caminhões, a fim de promover condições de segurança e/ou qualidade ambiental". Portanto, o acesso previsto, para dentro da City Butantã, significa clara desobediência às regras de promoção da segurança e da qualidade ambiental do bairro, em razão do que pede-se a sua retirada do plano de "Integração USP e cidade".	Comentários	A conexão não está contemplada pelo Projeto de Lei do PIU ACP. O slide mencionado contempla as propostas constantes do Plano Diretor da USP de 2013.
Ana Carolina Gonçalves	Acredito que a questão da mobilidade seja muito importante, com mais polos comerciais precisamos de maior organização no trânsito, semáforos e vias desobstruídas. Precisa de fiscalização. Outro ponto é a limpeza urbana, que no bairro do Jaguaré e Vila Lageado que eu moro está deixando a desejar, bem como coleta seletiva com maior frequência, qualidade e manutenção das lixeiras de rua. Temos um sério problema de segurança, com o aumento do fluxo há que se pensar nisso, numa forma de construir postos ou de disponibilizar rondas com maior frequência e principalmente no período noturno. Programas que integrem a comunidade e ofereçam cultura também precisa, como praças e parques com equipamentos públicos. O bairro do Jaguaré parece esquecido pelas autoridades, infelizmente.	Modelo de gestão democrática	O Projeto de Lei contempla um Programa de Intervenções que pode ser visto em seu Mapa VI. Diversas estratégias ambientais e de mobilidade estão dispostas nesse programa, distribuídas pelo território. No que se refere à questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.
Maria Gema Martins (saja - assoc moradores do jaguare e jornal jaguare)	1. é necessário uma ponte sobre o Rio Pinheiro, no término da av escola politécnica para servir de opção aos veículos que procedem da Raposo Tavares, Osasco e municípios vizinhos; 2. melhorar o acesso à Estação de trem Jaguaré - Villa Lobos com uma passarela; fazer um acesso decente para os deficientes pois o recuo existente é insuficiente e perigoso; 3. manter recuo para embarque e desembarque de passageiros no acesso à estação; 4. é necessário contemplar o Relógio do Jaguaré edifício tombado pelo Conpresp em 2001 e até hoje sem qualquer atenção da Prefeitura de São Paulo e do Patrimônio Histórico que nunca destinou verba para cuidar do edifício que foi restaurado por iniciativa da SAJA - Assoc. de Moradores do Jaguaré em 1999. no período de 2014 a 2018 a Prefeitura assumiu que o local deveria ser de responsabilidade da Subprefeitura Lapa e hoje o prédio está deteriorado e abandonado. 5. o Jaguaré precisa de um Hospital ou mais uma Unidade Básica de Saúde para atender os moradores da Região; 6. as ciclovias precisam ser melhor planejadas pois a topografia não favorece a utilização das existentes; 7. a Prefeitura precisa acatar as contribuições de moradores do Jaguaré que pedem há anos pequenas intervenções no traçado viário: a) da rotatória da Av Kenite Shimomoto com Av Bolonha; b) do cruzamento da Av. Jaguaré com Av. Miguel Frias e Vasconcellos; c) do cruzamento da Rua Santo Eurilo com Av. Escola Politécnica; d) com a mudança do ponto de ônibus da Av Corifeu de Azevedo com Av General Mac Arthur para a quadra seguinte o que melhoraria o transito no cruzamento da Av Corifeu com Av Dr Candido Motta Filho; 8. na construção de habitações de interesse social os moradores locais deveriam ter prioridade; 9. as construções deveriam ter objetivo de incluir as famílias dentro do bairro não de separá-las em "guetos" como é o modelo atual;	Proposta urbanística	A implantação de uma ponte sobre o Rio Pinheiros como prolongamento da Av. Escola Politécnica é uma conexão de caráter macrometropolitano e não está prevista no Programa de Intervenções do PIU ACP. Contudo, o plano não impede que futuramente seja implantada essa conexão. No que se refere ao acesso à Estação de Trem Villa Lobos/Jaguare, o Programa de Intervenções do Projeto de Lei contempla uma ciclopassarela no vão central da Ponte do Jaguaré, conectada diretamente à estação. Sobre as ciclovias, o Mapa VI - Programa de Intervenções contempla uma nova rede cicloviária que busca conectar-se à estações de trem existentes e completar a rede cicloviária do perímetro. O sistema viário do bairro do Jaguaré necessita, de fato, de uma melhoria. O Mapa V - Melhoramentos Viários contempla uma série de novas aberturas que visam quebrar as grandes quadras do bairro, além de prever uma nova ponte no prolongamento da Av. José Maria da Silva em direção à CEAGESP. No que tange às Habitações de Interesse Social, o Projeto de Lei garante, em seu Art. 31, que "a provisão habitacional de interesse social será realizada atendendo-se, preferencialmente, a população moradora do ACP, observando-se o Mapa III desta lei". Além disso, a implantação desses conjuntos está condicionada à elaboração de planos de urbanização, que estão submetidos à constituição de Conselhos Gestores de ZEIS que visam garantir qualidade às soluções urbanísticas.
Maria Gema Martins (SAJA - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JAGUARE E JORNAL JAGUARÉ)	1. ponte sobre no final da Av Escola Politécnica sobre o Rio Pinheiros para escolar o transito advindo da Raposo Tavares, Osasco e municípios vizinhos; 2. melhorar o acesso à Estação de trem Jaguaré Villa Lobos, por meio de uma passarela; 3. melhorar o acesso de deficientes à Estação do trem pois o existente é altamente insuficiente e perigoso; 4. melhorar o traçado viário das vias: Kenite Shimomoto com Bolonha; Miguel Frias e Vasconcellos com Av Jaguaré; Rua Santo Eurilo com Av Escola Politécnica; Av. Corifeu com Av Dr Candido Motta Filho (com a mudança do ponto de ônibus para a esquina após a Av. General MacArthur) 5. planejar a localização das ciclovias pois na Av Corifeu é altamente perigosa, como também da Av Escola Politécnica após o cruzamento com a Av Corifeu de A. Marques; e considerar também que a topografia interna do Jaguaré não é adequada ao transito de bicicletas. 6. construir rotatória na Av Presidente Altino com Av Alexandre Mackenzie; 7. CUIDAR DO RELOGIO DO JAGUARÉ que é Patrimônio Histórico tombado em 2001 e até esta data não foi incluído no orçamento da cidade de São Paulo e encontra-se totalmente abandonado, após a SAJA Associação de Moradores do Jaguaré entrega-lo à Prefeitura de São Paulo totalmente restaurado e preservado até o ano de 2014. 8. CONSTRUÇÃO de uma UBS para atender os moradores do Jaguaré; 9. limpeza das praças e ruas internas do bairro; 10. revitalização da Av Vitor Freire e resgate das áreas de transito hoje ocupadas por comerciantes locais.	Comentários	
Carlos Gandra	Área grande de estacionamento dos frequentadores do Parque Vila Lobos! Atrás do Carrefour, ou ao redor	Apresentação	O Parque Villa-Lobos já possui uma grande área de estacionamento junto ao acesso da Av. Queiroz Filho.

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
SARPAC Sociedade Amigos do Residencial Parque Continental	Nós concordamos que é necessário promover moradias dignas para os moradores das favelas, porém, qualquer adensamento populacional na região do Jaguaré e V. Leopoldina será catastrófico. As novas construções devem ser destinadas aos moradores existentes e a prefeitura tem que fiscalizar para que barracos não sejam mais construídos. As Avenidas, Corifeu de Azevedo Marques, Jaguaré, Queiroz Filho, Imperatriz Leopoldina, Gastão Vidigal e as ruas e avenidas adjacentes já são muito congestionadas nos horários de pico. A Av. Presidente Altino tem que ser alargada, principalmente no encontro com a Av. Manoel Pedro Pimentel, na divisa com Osasco. Com a criação das ciclovias, sem planejamento nenhum, e quase sem uso, as pistas destas ruas e avenidas ficaram mais estreitas, piorando muito o trânsito. Na Av. Corifeu de Azevedo Marques, na confluência com a Av. Cândido de Mota Filho, nos horários de pico, é impossível seguir no sentido de Osasco sem trafegar pela faixa exclusiva de ônibus. O projeto existente de alargamento da Av. Corifeu de Azevedo Marques tem que ser executado. A criação de ciclovias sobre o Rio Pinheiros, só não serão totalmente inúteis se estiverem ao lado de pontes que possam desafogar o trânsito que já existe hoje. A estação da CPTM em Presidente Altino está abandonada e o acesso é terrível, e sem acesso para deficiente físico. A linha da CPTM que liga o Piqueri a Monte Belo, passando pelo Jaguaré, não sai do papel. A prefeitura não cuida da cidade. Em todas as ZEIS construídas, as áreas que deveriam ser de uso comum (jardins), são usadas para construções irregulares, chegando ao cúmulo de na Marginal Pinheiros, entre a Av. Alexandre Mackenzie e R. Dracena, as frentes das construções irregulares darem diretamente no asfalto e crianças, adultos e idosos circulam normalmente pela pista. As ruas e avenidas estão esburacadas, diz a prefeitura que por falta de verba, o termo que gostam de usar é que "o cobertor é curto". Ao invés de se gastar todo este dinheiro, que é do povo, por que não construir somente as moradias dignas para os favelados e o restante investir na conservação e melhoramento do que já existe? Os senhores não mencionam a segurança para o aumento populacional pretendido. Quem e como esta segurança será feita? A Polícia Militar faz o que pode, mas já está ineficiente. Cada Cia. tem metade do efetivo que deveria ter. Tem 1/4 das viaturas necessárias e sem manutenção. O armamento é precário. Falta equipamento tecnológico. Os salários estão muito defasados. A Polícia Civil e a GCM estão na mesma situação. Bem senhores! O discurso é bonito, o projeto deve ter sido trabalhoso e custado uma pequena fortuna (que é nossa), mas temos um questionamento: Isto será realmente benéfico para o povo?	Comentários	Um Plano de Mobilidade para contemplar o adensamento previsto é fundamental. O ACP adota a estratégia de incentivar a intermodalidade e a utilização diversificada dos modais presentes no seu perímetro. A implantação de novas ciclovias e ciclopassarelas conectando o território às estações do trem, os caminhos verdes promovendo percursos confortáveis em direção às faixas exclusivas e futuros corredores de ônibus, a abertura de novas vias públicas e a implantação de novas pontes (uma no prolongamento da Av. José Maria da Silva em direção à CEAGESP e outra conectando a Av. Alexandre Mackenzie com a Av. Ruth Cardoso) são exemplos de estratégias que provocam a distribuição do uso da infraestrutura urbana de mobilidade (ver Mapa VI - Programa de Intervenções). Além disso, o adensamento está previsto para ocorrer em função da implantação de empreendimentos que contenham uso misto (residencial e não residencial), que devem oferecer novos locais e postos de trabalho no próprio território, com o objetivo de diminuir as distâncias entre moradia e emprego e a dependência em relação ao centro expandido da cidade. No que se refere à questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública. Sobre as favelas do interior do PIU ACP, elas são consideradas no Projeto de Lei. As soluções serão adotadas em função de uma análise pormenorizada e por meio do diálogo com a população de cada comunidade, uma vez que existem situações bem diversas pelo território. O ACP resguarda 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados para provisão habitacional de interesse social (ver Art. 31 do Projeto de Lei).
ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS MOINHO ANACONDA	Nós concordamos que é necessário promover moradias dignas para os moradores das favelas, porém, qualquer adensamento populacional na região do Jaguaré e V. Leopoldina será catastrófico. As novas construções devem ser destinadas aos moradores existentes e a prefeitura tem que fiscalizar para que barracos não sejam mais construídos. As Avenidas, Corifeu de Azevedo Marques, Jaguaré, Queiroz Filho, Imperatriz Leopoldina, Gastão Vidigal e as ruas e avenidas adjacentes já são muito congestionadas nos horários de pico. A Av. Presidente Altino tem que ser alargada, principalmente no encontro com a Av. Manoel Pedro Pimentel, na divisa com Osasco. Com a criação das ciclovias, sem planejamento nenhum, e quase sem uso, as pistas destas ruas e avenidas ficaram mais estreitas, piorando muito o trânsito. Na Av. Corifeu de Azevedo Marques, na confluência com a Av. Cândido de Mota Filho, nos horários de pico, é impossível seguir no sentido de Osasco sem trafegar pela faixa exclusiva de ônibus. O projeto existente de alargamento da Av. Corifeu de Azevedo Marques tem que ser executado. A criação de ciclovias sobre o Rio Pinheiros, só não serão totalmente inúteis se estiverem ao lado de pontes que possam desafogar o trânsito que já existe hoje. A estação da CPTM em Presidente Altino está abandonada e o acesso é terrível, e sem acesso para deficiente físico. A linha da CPTM que liga o Piqueri a Monte Belo, passando pelo Jaguaré, não sai do papel. A prefeitura não cuida da cidade. Em todas as ZEIS construídas, as áreas que deveriam ser de uso comum (jardins), são usadas para construções irregulares, chegando ao cúmulo de na Marginal Pinheiros, entre a Av. Alexandre Mackenzie e R. Dracena, as frentes das construções irregulares darem diretamente no asfalto e crianças, adultos e idosos circulam normalmente pela pista. As ruas e avenidas estão esburacadas, diz a prefeitura que por falta de verba, o termo que gostam de usar é que "o cobertor é curto". Ao invés de se gastar todo este dinheiro, que é do povo, por que não construir somente as moradias dignas para os favelados e o restante investir na conservação e melhoramento do que já existe? Os senhores não mencionam a segurança para o aumento populacional pretendido. Quem e como esta segurança será feita? A Polícia Militar faz o que pode, mas já está ineficiente. Cada Cia. tem metade do efetivo que deveria ter. Tem 1/4 das viaturas necessárias e sem manutenção. O armamento é precário. Falta equipamento tecnológico. Os salários estão muito defasados. A Polícia Civil e a GCM estão na mesma situação. Bem senhores! O discurso é bonito, o projeto deve ter sido trabalhoso e custado uma pequena fortuna (que é nossa), mas temos um questionamento: Isto será realmente benéfico para o povo?	Proposta urbanística	
ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS MOINHO ANACONDA	Considerando que na Lei 13.885/04, não era exigido o atendimento do Coeficiente mínimo para o uso estacionamento de veículos Considerando Lei nº 14.044/05, que dispõe sobre a exclusão das áreas cobertas em qualquer pavimento, destinadas a garagem, estacionamento, carga, descarga e manobras de veículos, das áreas computáveis para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, nas condições que especifica. Considerando que a Novo Código de Obras e Edificações Lei 16.642/17 Artº 108 e Lei 16.402/16 Art. 62 estabelecem que áreas de estacionamento de veículos, motocicletas, bicicletas e carga/descarga não são consideradas áreas computáveis. COE Art. 108. Para ???ns de aplicação dos índices de ocupação e aproveitamento do solo, observados os limites estabelecidos na LPUOS, não é considerada área construída computável: VI – no pavimento destinado a estacionamento de veículos, motocicletas e bicicletas: a) o compartimento de uso comum de apoio ao uso da edificação, tal como vestiário, instalação sanitária e depósitos; b) as áreas de uso comum de circulação de pedestres, horizontal e vertical; LEI 16.402/16 ART 62 I - nas ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM e ZEMP, as áreas cobertas, em qualquer pavimento, ocupadas por circulação, manobra e estacionamento de veículos, desde que o número de vagas, exceto as especiais, motocicletas e bicicletas, não ultrapasse: b) nos usos não residenciais, 1 (uma) vaga para cada 70m² (setenta metros quadrados) de área construída computável, excluídas as áreas ocupadas por circulação, manobra e estacionamento de veículos, desprezadas as frações, desde que observada a cota de garagem máxima igual a 32m² (trinta e dois metros quadrados) por vaga; III - nas zonas não referidas no inciso I do "caput" deste artigo, as áreas cobertas, em qualquer pavimento, ocupadas por circulação, manobra e estacionamento de veículos; IV - as áreas ocupadas por vagas especiais destinadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, vagas de motocicletas, vagas de bicicletas e vagas para carga e descarga, até o limite mínimo exigido pelo Quadro 4A desta lei; Considerando que a lei 16.050/14 artigo 93 e Art 94 e Lei 16.402/16 – Quadro 03 – Parâmetros de Ocupação, exige o atendimento ao Coeficiente mínimo (zonas: ZEU, ZEUP, ZEM, ZEMP, ZC, ZC-ZEIS, ZCOR-1, ZCOR-2, ZCOR-3, ZM, ZMIS, ZEIS-1, ZEIS-2, ZEIS-3, ZEIS-5, ZDE-1, ZDE-2, ZPI-1, ZPR, ZER-1, ZER-2), mesmo para imóveis destinados única e exclusivamente para estacionamento de veículos. Lei 16.050/14 Art. 93. São considerados imóveis subutilizados os lotes e glebas com área superior a 500m2 (quinhentos metros quadrados) que apresentem coeficiente de aproveitamento inferior ao mínimo definido nos Quadros 2 e 2A anexos. Art. 94. Ficam excluídos das categorias de não edificadas ou subutilizados os imóveis que: I - abriguem atividades que não necessitem de edificação para suas finalidades, com exceção de estacionamentos; (...)	Proposta urbanística	As questões referentes à revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) não fazem parte do escopo do PIU ACP. No entanto, alguns incentivos e obrigações da LPUOS para os lotes inseridos em Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETU) foram trazido para os lotes de frente para as vias estruturadoras do PIU ACP, denominadas Eixos Estratégicos (ver Art. 15 do Projeto de Lei).
ANACONDA INDUSTRIAL E AGRICOLA DE CEREAIS MOINHO ANACONDA	(...) Propomos ajuste da atual legislação, conforme considerações importantes a seguir: Conforme a lei atual 16.402/16 para construção e licenciamento de atividades se fazem necessários o atendimento as Condições de instalação – Quadro 4A em relação a exigência de vagas (automóveis, motos, bicicletas, carga descarga, caminhões), onde exige-se: Edificação nova: que o atendimento seja no próprio lote Pedido de instalação e funcionamento, de mudança de uso ou reforma de edificação existente: o atendimento do número mínimo de vagas pode ocorrer em outro imóvel que esteja localizado num raio de 300metros e devidamente Licenciado junto a PMSP (Decreto 57.521/16). Em algumas situações para a realização da operação da atividade, se fazem necessários um número maior de vagas do que exigido no Quadro 4 A, sendo que a reserva das mesmas no lote inviabiliza toda a construção do empreendimento. Diante do exposto, vemos a necessidade de ajuste na Lei 16.402. Para o atendimento ao Quadro 4 A da Lei 16.402/16 (automóveis, motos, bicicletas, carga descarga, caminhões), possibilidade de utilização de terrenos vizinho ou localizado em quadras próximas, desde de que: a- sejam de posse dos mesmos proprietários, b- estejam enquadrados no mesmo zoneamento; c- em que a largura das vias sejam compatíveis com o uso pretendido; Para a utilização do lote ou lotes vizinhos quanto ao atendimento as vagas (automóveis, motos, bicicletas, carga descarga, caminhões), haveria a vinculação dos lotes envolvidos quanto ao atendimento: a- potenciais construtivos (T.O e C.A) – Quadro 3B; exemplo: potencial lote A (construção) + potencial Lote B (estacionamento) = Potencial total de construção permitido no lote A b- Taxa de permeabilidade, Quota ambiental – Quadro 3A, a ser calculado sobre a área total dos lotes envolvidos. c- Ou, utilização do lote vizinho como estacionamento, excluindo a exigência do atendimento ao Coeficiente mínimo, uma vez que que as áreas de estacionamento, carga/descarga não são computáveis; O ajuste da Lei 16.402/16 no que se refere ao atendimento a Quadro 4A, com a possibilidade de vinculação de terrenos facilitaria a operação das atividades e tornaria mais atrativo para as empresas a instalação de novas atividades no Município de São Paulo, gerando novos empregos e receitas para o Município. Considerando que a utilização de áreas como pátio de estacionamento (vinculado em outro lote) desobriguem a necessidade de haverem áreas edificadas e tais imóveis embora não construídos ou edificados com apenas um portaria / sanitários acabariam por ter destino no lote, cumprindo sua função social.		

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Eduardo de Almeida Carneiro	As empresas Gralide Comércio e Participações Ltda., Valide Comércio e Participações Ltda, Almeida Carneiro Comércio e Participações Ltda e a Gral Comércio e Participações Ltda., na condição de proprietárias de lotes localizados no Jardim Humaitá, entendem que as propostas apresentadas nesta consulta pública abrem espaço para enorme potencial de transformação do bairro Humaitá no contexto do Projeto de Intervenção Urbana do Arco Pinheiros. São muito bem-vindos os melhoramentos viários, as requalificações de viário existente e o alargamento de calçadas entre a estação Imperatriz Leopoldina da Linha 8 Diamante da CPTM e o Jardim Humaitá previstos pelo PIU Arco Pinheiros. Estes melhoramentos, combinados com a abertura de uma nova passagem subterrânea de veículos e pedestre em desnível na Rua Othão, potencializarão a melhoria da rede de mobilidade multimodal na região. As propostas apresentadas nesta consulta pública parecem abrir o caminho para o grande potencial de transformação urbana que um adensamento construtivo e demográfico mais intenso no Jardim Humaitá poderia trazer a toda a região. O Jardim Humaitá passa por uma visível diminuição das atividades industriais pesadas e das atividades logísticas que lhe conferiam influência regional. Esta mudança de usos poderá permitir, no âmbito do PIU Arco Pinheiros, reorientar a vocação urbana do Jardim Humaitá no sentido da implantação de novas atividades logísticas de menor porte, com demandas infraestruturais e operativas compatíveis com uso mais diversificados - incluindo residenciais – que poderão gerar valor social, econômico e ambiental, em favor de uma cidade mais compacta. Adicionalmente, o Jardim Humaitá é vizinho a infraestrutura rodoviária e equipamentos de relevância para todo o território do Arco Pinheiros, nomeadamente: o “Cebolão”/Complexo viário Heróis de 1932; a estação CPTM Imperatriz Leopoldina; o Parque Municipal Orlando Villas-Bôas; a EMEF Ministro Aníbal Freire. Independentemente da saída ou permanência da CEAGESP na Vila Leopoldina, o desenvolvimento urbano e imobiliário do Arco Pinheiros poderá configurar uma oportunidade extraordinária para a implantação de novas tipologias edilícias e novos usos no Jardim Humaitá, permitindo uma maior integração urbana, funcional e socioeconômica do deste bairro com o seu entorno imediato. Por estes motivos, consideramos oportuno que o PIU Arco Pinheiros considere a incorporação de parâmetros de parcelamento e categorias de uso do solo que permitam: I) qualificar a vida urbana do Jardim Humaitá com usos mistos; II) adequar o uso do solo à oferta de transporte público coletivo já instalado e planejado; III) intensificar a transformação de áreas subutilizadas em áreas de alta e média densidade construtiva e populacional e ; III) promover o uso misto, a qualidade dos espaços públicos e fortalecer a microacessibilidade urbana. Em comunicação à parte, encaminharemos relatório-diagnóstico complementar que sustentam esta visão de adensamento e que, assim esperamos, possam apoiar o aprimoramento das regras que incidirão sobre esta importante porção do território do Arco Pinheiros.	Comentários	As quadras do Jordim Humaitá que estão próximas à Estação Vila Leopoldina do trem foram definidas como Áreas de Qualificação de Tipo 2, conforme aponta o Mapa II - Parâmetros Urbanísticos.
André Tavares Mendes	Ao analisar o teor desta consulta pública, mais especificamente os ‘Objetivos do PIU Arco Pinheiros’, ‘Conceito e Estratégia’, ‘Programa de Intervenção’ e ‘Instrumentos de Gestão Ambiental’, é notável que o território conformado entre a Rodovia Castello Branco, a Via Expressa Marginal do Rio Pinheiros, a linha 8 – Diamante da CPTM e a Rua Manoel Antônio Portella não participe de nenhuma das propostas do plano. Esta porção da cidade é composta por um conjunto de usos que necessita de regramento, qualificação e incentivo para sua efetiva incorporação na malha urbana. Dentro da seção ‘Objetivos do PIU Arco Pinheiros’, cabe destacar os itens I – Incremento populacional e construtivo; III – Redução da vulnerabilidade social e qualificação da moradia; IV – Melhoria da mobilidade; VI – Ampliação da oferta de equipamentos urbanos e sociais e VII – Preservação e valorização dos recursos naturais. O setor possui carências e potencialidades especialmente relacionados a estes objetivos, porém não é possível verificar nenhum encaminhamento que enderece este território, até o momento desta consulta. Atualmente, a área abriga as atividades de uma empresa de comércio de pneus, estacionamento de caminhões, linhas de alta tensão e subestação de transmissão de energia elétrica, uma empresa de gestão ambiental, além de aglomerados subnormais de uso residencial. É importante salientar que a ocorrência destes usos não tem relação ou sinergia com as redes de transporte público no seu entorno. Neste sentido, seria importante conceber propostas de incremento populacional e construtivo levando em conta a proximidade de região à estação de trem Presidente Altino e aos trechos de maior concentração de usos industriais no perímetro. Equilibrar a densidade populacional vis-à-vis as atividades não residenciais é uma tônica do Plano Diretor Estratégico de 2014, como busca de um modelo de cidade sustentável. Em paralelo ao equilíbrio de usos, se faz necessária a qualificação da moradia, uma vez que existem diversas concentrações de habitações irregulares que carecem de infraestrutura e melhorias urbanísticas. Neste aspecto, a área se destaca como uma alternativa de adensamento. Contudo, a maior parte deste setor é servida apenas pelo viário do seu entorno, com uma única rua acessando a porção central. Endereçar a acessibilidade é, portanto, fundamental. Fica o questionamento de como o poder público pode aproveitar a oportunidade da elaboração deste Plano de Intervenção Urbana para efetivamente estruturar a ocupação desta região. Pela sua relação com os principais elementos de infraestrutura urbana da metrópole, a oportunidade de efetivar uma política pública para a região se faz presente neste PIU Arco Pinheiros. É de grande importância que a SP-Urbanismo empreenda um esforço de planejamento que garanta o desenvolvimento sustentável e socialmente justo também para esta porção da cidade.	Comentários	A área mencionada encontra-se extremamente isolada do contexto urbano à sua volta, de difícil acesso e sem infraestrutura urbana necessária para promover condições de habitabilidade em seu interior. Também não se trata de uma área próxima à infraestrutura de transportes que pudesse justificar seu adensamento. A área hoje é uma ZPI e contém uma Subestação da CTEEP em seu interior. Existe a hipótese de se implantar um centro logístico intermodal na área, ainda em estudo, cujo desenvolvimento não depende das disposições do PIU ACP, uma vez que os usos para esse fim já são permitidos pela zona.
Alex Honorio	Infelizmente mais uma vez o poder público interpreta o desenvolvimento urbano como expansão de frente imobiliária, e às custas de terrenos públicos, ainda por cima. Não à toa os estudos do PIU são muito menos superficiais nos aspectos financeiros do que nos aspectos sociais e ambientais, por exemplo. O PIU tal como se apresenta se mostra mais uma inaceitável perda de oportunidade. Apesar de se pretender inovador, na verdade repete a mesma velha lógica de extrativismo imobiliário de sempre. As chamadas “inovações”, muito tímidas, nada mais são do que melhoramentos urbanos correntes, apenas atualizados. É lamentável que se desperdice tão vastas áreas de terreno público, como as da CEAGESP, PMSP, Estado e União (todas contíguas, uma raridade!), para se encher de prédios, enquanto a cidade carece de parques públicos e demais áreas verdes. Uma carência difícil de se sanar exatamente por causa da especulação imobiliária que encarece o preço da terra. Ora, sendo os terrenos da área da CEAGESP públicos, não há custo de desapropriação, o que viabilizaria a criação de uma generosa área arborizada, provida de equipamentos públicos de lazer e cultura. A transformação urbanística pode muito bem ser absorvida pelo tecido urbano consolidado (como aliás já se observa por toda a cidade). Não há a menor razão de se consumir terreno público, conquistado com recursos da população, para nutrir lucros privados da indústria imobiliária. A vizinhança do Parque Villa Lobos não pode ser usada como desculpa, pois o parque já sofre saturação aos finais de semana, imagine-se então se houver adensamento do entorno. O próprio crescimento populacional pretendido (e discutível, aliás) pelo PIU exigiria um parque “auxiliar” ao Villa Lobos. A proximidade da USP também não deve ser considerada, pois é uma Universidade e não um parque, com significativos limites infraestruturais para o seu aproveitamento como área de lazer no curto e longo prazos. Na verdade, a criação de um parque público no lugar do CEAGESP intensificaria o serviço ambiental prestado à cidade por essas duas áreas verdes, funcionando ao mesmo tempo como corredor e nicho ecológicos. Um parque público no lugar da CEAGESP deveria ser um pressuposto inicial e estrutural do PIU. Isso sim seria uma inovação transformadora para a cidade, que necessita abrir o máximo possível de áreas verdes, e que precisa recuperar sua relação com os rios. A área da CEAGESP permite ambas as possibilidades, uma situação única! E vamos desperdiçar entulhando de prédio? (...)	Comentários	A questão da inclusão social na CEAGESP é importante. Para garantir isso, o PIU ACP utiliza de forma estratégica a Cota de Solidariedade do Projeto Estratégico da CEAGESP, para que parte dela seja aplicada em seu interior (ver Art. 23 do Projeto de Lei). Outras diretrizes (ver Quadro 2A do Projeto de Lei) também foram definidas para a transformação da CEAGESP, como caminhos verdes conectando o perímetro aos Parques Villa-Lobos e Villas-Bôas e praças públicas de acesso à área do pavilhão central. Ressalta-se que, como resultado do reparcelamento obrigatório da CEAGESP, serão destinados aproximadamente 126.000m² de Áreas Verdes, constituindo um importante sistema ambiental novo, condicionado às diretrizes citadas acima, para dar suporte ao adensamento previsto para a região. O sistema viário da CEAGESP também foi, em parte, predefinido, o que pode ser visto nos Mapas V e VI do Projeto de Lei, de modo a garantir a continuidade do sistema viário do entorno.
Alex Honorio	(...) Que “inovação” é essa, que reproduz a mesma paisagem de sempre, em vez de propor outra, radicalmente nova? Que reproduz a mesma dinâmica econômica, imobiliária e extrativista, em vez de criar novos espaços para novas economias, em sua própria execução? A criação de um grande parque ali já seria altamente benéfica para a indústria imobiliária, pois valorizaria ainda mais os terrenos em volta. Pra quê então dar de mão beijada terrenos que pertencem à população? Justamente os mais estratégicos? Os de maior potencial para se tornarem lugares lindos? E que já pertencem ao povo? É isso, “inovação”? Parece mais tiro no pé. O desafio de se criar um parque ali seria justamente garantir áreas de interesse social e estabelecer parâmetros fundiários e urbanísticos que coibam a gentrificação. Garantir que o parque e seu entorno disponham de equipamentos públicos e ofereçam serviços que promovam a permanência também da população de baixa renda. Isso sim exige inovação. Ou seja, teria que se redesenhar o PIU. Portanto, antes que se destrua para sempre um vasto e único território de infinitas possibilidades, que pode e merece ser discutido de forma muito mais ampla e por um período muito mais longo, para que haja melhor maturação das inúmeras propostas que se venham a fazer, sugiro que simplesmente se abandone esse projeto e que se estabeleça uma nova dinâmica de discussão tendo como ponto de partida uma abordagem ambiental, e não imobiliária. Aí sim teríamos alguma inovação. Aliás, sugiro ainda que a própria dinâmica de discussão e construção de consenso seja inovadora. Deveria incorporar processos experimentais, formulação de cenários alternativos em ambiente virtual, ocupações provisórias in loco, etc., a fim de se testar hipóteses e estratégias, verificar resultados, expandir possibilidades, enfim, inovar de verdade. Já seria uma inovação revolucionária deixar de fazer as coisas às pressas, como se mostra nesse PIU, coisa que só favorece os grupos econômicos que vivem de explorar o valor da terra às custas da qualidade de vida do cidadão, e passar a bancar a adoção de um novo tempo, um novo ritmo, um novo olhar, uma nova atenção, uma nova consciência e uma nova poética. Isso sim traria uma verdadeira nova paisagem e uma verdadeira nova vida urbana.		

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Arlane Ferreira de Andrade	Sou moradora Diogo Pires no bairro Jaguaré, grupo de famílias que estão no auxílio aluguel e lutam a mais de 10 anos pela moradia digna. Segue abaixo as minhas sugestões para incluir no Projeto Piu Arco de Pinheiros: *Investimento no plano urbanístico para as comunidades do Jaguaré *Necessitamos de mais unidades Básicas de Saúde e ter médicos com mais especialidades * Construção de Hospital na região * Hospital veterinário *Investir em mais pontes de acesso para diminuir o trânsito *Investimento na segurança *Construção de mais creches e CCA *Espaço cultural que atenda os jovens, crianças e idosos. * <u>Unidades com cursos profissionalizantes</u>	Notícias	Conforme o Art. 31 do Projeto de Lei do PIU ACP: § 1º. São elementos do Programa de Intervenções previsto nesta Lei: I. Programa Habitacional de Interesse social, que contempla ações que busquem garantir o direito à moradia digna, promovendo o atendimento habitacional adequado e definitivo às famílias de baixa renda e prevendo o atendimento provisório quando necessário aplicam-se as seguintes disposições: a. ao menos 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados na conta segregada citada no art. 35 desta Lei serão destinados a ações referentes ao Programa Habitacional de Interesse Social; b. fica autorizada a aquisição de terrenos para subsídio à produção habitacional de interesse social e à provisão de moradias para população de baixa renda, incluindo-se a implantação Empreendimentos de Habitação de Interesse Social - EHIS, com uso misto nas edificações, destinados a formação de parque público de locação social; c. devem ser promovidas a realização de parcerias com o setor privado para a provisão de Habitação de Interesse Social.; d. a destinação de terrenos em função da aplicação da Cota de Solidariedade, observadas as demais disposições desta Lei, será realizada integralmente no parâmetro de abrangência da AIU-ACP. § 2º. A provisão habitacional de interesse social será realizada atendendo-se, preferencialmente, a população moradora do ACP, observando-se o Mapa III desta Lei. § 3º. as políticas públicas de habitação no PIU-ACP devem seguir diretrizes estabelecidas no âmbito da política habitacional municipal, conforme definições da Secretaria Municipal de Habitação e mecanismos definidos em regulamentações específicas; No que se refere aos equipamentos públicos, o PIU ACP incentiva que grandes lotes próximos à Rua Diogo Pires sejam parcelados e destinem, por obrigação, áreas institucionais para sua implantação. Tratam-se dos Projetos Estratégicos que compõem a Frente do Rio Pinheiros, os quais também deverão também destinar Áreas Verdes que promovam a recuperação da Área de Preservação Permanente (APP), fornecendo novas áreas livres para a população (ver Mapa VII e Quadros 2 e 2A).
Diana Dias	Sou moradora e representante do Movimento Diogo Pires no bairro Jaguaré, grupo de famílias que estão no auxílio aluguel e lutam a mais de 10 anos pela moradia digna. Segue abaixo as minhas sugestões para incluir no Projeto Piu Arco de Pinheiros: *Investimento no plano urbanístico para as comunidades do Jaguaré *Necessitamos de mais unidades Básicas de Saúde e ter médicos com mais especialidades * Construção de Hospital na região * Hospital veterinário *Investir em mais pontes de acesso para diminuir o trânsito *Investimento na segurança *Construção de mais creches e CCA *Espaço cultural que atenda os jovens, crianças e idosos. * <u>Unidades com cursos profissionalizantes</u>	Notícias	Retificando algumas das minhas sugestões enviada anteriormente. * Prioridade no investimento do plano de urbanização para as comunidades do Jaguaré *Espaço cultural que atenda os jovens, crianças e idosos.
Diana Dias	Retificando algumas das minhas sugestões enviada anteriormente. * Prioridade no investimento do plano de urbanização para as comunidades do Jaguaré *Espaço cultural que atenda os jovens, crianças e idosos.	Notícias	O Projeto de Lei também contempla um Programa de Intervenções (Mapa VI), que aborda diversas estratégias de mobilidade, incluindo uma ciclopasseira proposta para conectar a Av. Alexandre Mackenzie à Estação Ceasa do trem e uma ponte conectando o viaduto da Av. Ruth Cardoso à Av. Alexandre Mackenzie.
Fiana Silva Vieira	Dêem prioridade ao investimento do plano de urbanização das comunidades do Jaguaré. Faço parte do Movimento Diogo Pires do Jaguaré e estamos à 10 anos no aguardo da nossa moradia. O que falta incluir no projeto é a construção de mais prédios para que possamos sair do aluguel. Há terrenos para construir, até mesmo na ponte dos remédios, onde já tem uma torre pronta e poderiam logo iniciar a segunda fase	Notícias	Sobre a questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.
José Carlos da Silva	Sou morador e representante do Movimento Diogo Pires do Bairro Jaguaré, grupo de famílias que estão a 10 anos no auxílio aluguel e lutam pela moradia digna. Segue abaixo as minhas sugestões: 1 Priorizar a construção de moradias para as famílias a 10 anos no auxílio aluguel, aguardando retorno da Subprefeitura da Lapa, Sehab e Prefeitura de São Paulo. 2 Construção de Unidades básicas de Saúde 3 Construção de Hospital na região 4 Construção de Hospital veterinário 5 Construir mais pontes de acesso para diminuir o trânsito.	Notícias	Sobre a questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.
Gizelia Mendes dos Santos Ventura	Sou moradora do movimento Diogo Pires e a minha sugestão é:Primeiramente as nossas moradias q já faz quase 10 anos q agente está esperando essas tão sonhadas moradias mais empreendimento como creches hospital , médicos ponte pra diminuir o trânsito etc.	Notícias	
Adriana Souza	Sou moradora do bairro do Jaguaré, faço parte do movimento Diogo Pires, estamos há mais de 10 anos esperando nossas moradias, estou no bolsa aluguel, Temos que priorizar a urbanização das favelas, saneamento básico, construções de pontes de acesso para desafogar o trânsito, criar espaços que ofereçam cursos de qualificação profissional de qualidade, para os jovens terem mais oportunidade de empregos, AME especialidades, com profissionais especializados (ortopedista, neurologista, mastologista, dermatologista, etc...) Construção de parques e mais áreas verdes.	Notícias	
João Batista da Silv	Vcs precisam da prioridade a quem esta a mais de 10 anos no auxílio Aluguel, eu moro no jaguaré e estou no auxílio aluguel que pode se cortado a qlq momento nessa mudança de presidente!	Notícias	
Matheus Henrique Dias da Silva	Sou morador e faço parte do Movimento Diogo Pires do bairro Jaguaré, estamos à 10 anos no auxílio aluguel aguardando a nossa moradia. O que falta é incluir no projeto é a construção de mais prédios para que possamos sair do aluguel. Há terrenos para construir, até mesmo na ponte dos remédios, onde já tem uma torre pronta e poderiam logo iniciar a segunda fase. Investir na construção de unidade básica de saúde Construir mais pontes de acesso para diminuir o trânsito.	Notícias	
Francisco Ferreira Ventura	Eu sou morador do empreendimento do movimento Diogo Pires a minha sugestão é : nossas moradias que faz 10 anos que estamos no aluguel , esperando nossas moradias.Queremos mais creches , posto de saude , mais segurança , mais medicos e etc...	Notícias	
Maria Dos Santos	Sou moradora e faço parte do movimento Diogo Pires no Bairro do Jaguaré todos nós estamos na espera por nossa moradia há mais de dez anos,e gostaria também que o Jaguaré melhorassem em algumas coisas como área de lazer, hospital, médico especialista em todas as áreas , teatro,etc.	Notícias	
Maria das Graças Almeida da Silva	Sou moradora e participo do movimento Diogo Pires do bairro Jaguare,grupo de famílias que estão a 10 anos no auxílio aluguel,aguardando moradia digna. Priorizar a construção dos prédios para as famílias que estão no auxílio aluguel do Jaguare. Investir mais unidades básicas com médicos e especialidades. Construir pontes de acesso para diminuir o transito no bairro.	Notícias	
Felipe Almeida da Silva	sou moradora e faço parte do Movimento Diogo Pires do bairro Jaguare, grupo de famílias que estão a 10 anos no auxílio aluguel aguardando moradia digna. Priorizar construção de prédios para as famílias que estão no auxílio aluguel no Distrito do jaguare	Notícias	
Arlane Ferreira de Andrade	Sou moradora da Diogo Pires no bairro Jaguaré, nos da Diogo Pires já estamos esperando moradia a 10 anos peço para que todos os responsáveis reveja as listas e respeitem a fila pois nós da Diogo Pires já aguardamos muito tempo sofrido esperando nossa tão sonhada moradia...	Notícias	
Neli Mendes de Moraes	Sou moradora do bairro do Jaguare, faço parte do movimento de moradia da rua Diogo Pires do Jaguare, estamos morando de aluguel a mais de 10 anos, gostaria de mais prioridades com nossas moradias. Também falta mais investimento nas unidades de saúde daqui do bairro, somente o postinho não é suficiente para atender toda a demanda. Falta opções para diversão e lazer das crianças, não tem nenhum projeto que tirem as crianças da rua e levem para o esporte.	Perímetro de intervenção	
cremilda	eu sou moradora da Diogo Pires faço parte do movimento Diogo Pires eu não acho certo eu tava no aluguel a 10 anos e enquanto outras pessoas nem foram para o aluguel e pegar o apartamento primeiro do que a gente porque não é fácil você ficar 10 anos no aluguel você não pode ter seus móveis não pode ter nada seu filho cresce e você não tem nada não é certo eu acho que o certo seria quem tá no aluguel e o apartamento e os que não tá no aluguel e para aluguel porque não é não é fácil é difícil essa vida de tá no aluguel enquanto você tinha um lugar que você tava morando	Notícias	
Antonia Cleide dos Santos de Almeida Almeida (Movimento Diogo Pires)	Tudo que for pra melhoria da cidade será sempre bem vindo pela população. Pricipalmente a saúde, escola e moradias. Nós do movimento Diogo Pires (Jaguare) estamos no aguardo da resposta da prefeitura no que diz respeito a moradia algumas pessoas a mais de 10 anos.	Perímetro de intervenção	
Sebastiao Ferreira Mendes Mendes	Sou morador da Diogo Pires do movimento da Diogo Pires nois tamos amais de dez anos, no aluguel na espera de uma moradia digna. Sabemos q todo mundo tem direito, mais vão respeitar a fila , Como prometido nois tamos na frente,e o Meu apelo é respeitar a fila de espera.	Apresentação	
Ana Lucia Ferreira	Meu nome é:Ana Lucia Ferreira. Fui moradora da Diogo Pires. Faço parte do MOVIMENTO DIOGO PIREs. Estamos há a quase 10 anos no " auxílio aluguel", na expectativa das nossas moradias, não é justo que esperemos por mais tempo. *Moradia digna para todos. *Mais AMAS, com mais especialistas. *Espaço cultural para todos. *Mais linhas de ônibus, para melhor locomoção. Etc. Nosso JAGUARÉ, e seus habitantes necessitam de mais atenção.	Notícias	
Jailson José da silva	Sou morador da Diogo pires estou a 10 anos esperando minha moradia gostaria de da minha opinião sobre o arco de pinheiros estamos na luta por nosso canto a minha moradia e meu.principal alerta mais gostaria muito uma clínica veterinária no nosso bairros tbm mais médicos mais creches uma delegacia ok me chamo Jailson jose da Silva e quero minha moradia.	Notícias	

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Leandro Cunha Santos	Leandro morador da Diogo Pires 16/05/19 esperando a tão sonhada Moradias que já estão pendentes a 10 anos. A prioridade mais um posto de saúde no bairro do Jaguaré porque o que tem já não suporta a grande demanda de pessoas do bairro, sempre está lotado, mais investimento na área de esportes e na educação exemplo escolas que estão precárias. E combater a grande invasão de pessoas que invade o bairro e constrói casas em todo lugar lugares irregulares desvalorizando o bairro a cada dia que passa. Prioridade para as moradias que estão abandonadas e invadida na rua Diogo Pires o processo de remoção dos invasores que estão atrapalhando as pessoas que estão a 10 anos no aluguel esperando sua moradias. Um das prioridades que a prefeitura respeite mais as pessoas que estão no aluguel por anos que respeite a fila, porque como morador da Diogo Pires não aguento mais ver a moradia mais distante devido a outras comunidades sempre passar na frente como prioridade. Saúde Educação Planejamento urbano moradia Administrar melhor o bairro não deixar abandonado.	Notícias	Conforme o Art. 31 do Projeto de Lei do PIU ACP: § 1º. São elementos do Programa de Intervenções previsto nesta Lei: I. Programa Habitacional de Interesse social, que contempla ações que busquem garantir o direito à moradia digna, promovendo o atendimento habitacional adequado e definitivo às famílias de baixa renda e prevendo o atendimento provisório quando necessário aplicam-se as seguintes disposições: a. ao menos 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados na conta segregada citada no art. 35 desta Lei serão destinados a ações referentes ao Programa Habitacional de Interesse Social; b. fica autorizada a aquisição de terrenos para subsídio à produção habitacional de interesse social e à provisão de moradias para população de baixa renda, incluindo-se a implantação Empreendimentos de Habitação de Interesse Social - EHS, com uso misto nas edificações, destinados a formação de parque público de locação social; c. devem ser promovidas a realização de parcerias com o setor privado para a provisão de Habitação de Interesse Social.; d. a destinação de terrenos em função da aplicação da Cota de Solidariedade, observadas as demais disposições desta Lei, será realizada integralmente no parâmetro de abrangência da AIU-ACP.
Maria José de Gouveia	Dêem prioridade de investimentos para as comunidades do Jaguaré, estamos a mais de 9 anos no auxílio aluguel. Faça parte do Movimento Diogo Pires e precisamos urgentemente que algo seja feito a respeito das famílias que estão nessa espera.	Notícias	§ 2º. A provisão habitacional de interesse social será realizada atendendo-se, preferencialmente, a população moradora do ACP, observando-se o Mapa III desta Lei. § 3º. as políticas públicas de habitação no PIU-ACP devem seguir diretrizes estabelecidas no âmbito da política habitacional municipal, conforme definições da Secretaria Municipal de Habitação e mecanismos definidos em regulamentações específicas;
Maria José de Gouveia	Priorizem os investimentos para as comunidades do Jaguaré, estamos a mais de 9 anos no auxílio aluguel. Faça parte do Movimento Diogo Pires e precisamos urgentemente que algo seja feito a respeito das famílias que estão nessa espera.	Notícias	
Geni Alves de Mattos	Fui moradora da comunidade da Diogo Pires estou esperando moradia a dez anos até agora nada muitas gentes até perdeu a esperança, de ter sua moradia, pôr favor a olha mais para moradia tamos cansados de esperar,	Notícias	No que se refere aos equipamentos públicos, o PIU ACP incentiva que grandes lotes próximos à Rua Diogo Pires sejam parcelados e destinem, por obrigação, áreas institucionais para sua implantação. Tratam-se dos Projetos Estratégicos que compõem a Frente do Rio Pinheiros, os quais também deverão também destinar Áreas Verdes que promovam a recuperação da Área de Preservação Permanente (APP), fornecendo novas áreas livres para a população (ver Mapa VII e Quadros 2 e 2A).
José romilson da silva	Olá sou morador da diogo pires a 10 anos estamos esperando nossas moradias pedimos aos gestores da prefeitura uma sugestão p nos e tb melhoria p tds nosso bairro como uns mas ama escola integral p as crianças área de lazer p nossos jovens lugares q possam fazer cursos profissionalizantes p qd conversarem a trabalhar ter uma produção e mas segurança p tds da região essa é minha solicitação p os gorvenantes obrigado	Notícias	
Aparecida de Fátima de mattos	16/05/2019. Eu, Aparecida de Fátima de mattos, moradora a mais de 20 anos da rua Diogo Pires Jaguaré, estamos à espera do que nos foi tirado, queremos a nossa moradia, não queremos luxo e sim nosso direito como cidadão, se existe uma fila ela tem que ser respeitada. A muitos jovens e crianças que precisam de um lugar decente onde há educação hospitais lazeres etc, e esse plano urbanístico do arco de pinheiros vai ajudar muitas famílias a realizar o sonho de ter a sua casa própria, estamos no aluguel e sem uma resposta concreta de quando é pra onde iremos morar.	Notícias	O Projeto de Lei também contempla um Programa de Intervenções (Mapa VI), que aborda diversas estratégias de mobilidade, incluindo uma ciclopassarela proposta para conectar a Av. Alexandre Mackenzie à Estação Ceasa do trem e uma ponte conectando o viaduto da Av. Ruth Cardoso à Av. Alexandre Mackenzie.
Reini Mendes dos Reis	olá,eu sou moradora da Diogo Pires jaguare onde estou junto com outras famílias aguardando a moradia a 10anos.É muito importante q seja efetuado mais construções de prédios para q também possamos ser atendidos,mas também hospitais,creches,Pontes para melhor fluxo de trânsito e também não menos importante parques e seria também de grande importância uma ONG que atendesse a população carente na região. Fica minha opinião e também minha decepção por está longa espera juntamente com muitas famílias por nossa moradia.obrigada	Notícias	Sobre a questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.
Salvador Mendes dos Santos	Sou morador do movimento Diogo Pires e a minha sugestão é primeiramente as nossas moradias as q ja fadz quase 10 anos. Que a gente esta na esperando essas tão. Sonhadas moradias ; mais empreendimento como ;creches; hospital médicos posto de saúde parques de diversão ...	Notícias	
Sebastiao Ferreira Mendes	Sebastiao Ferreira Mendes morador da Diogo Pires estou à 10 anos na espera d nossas moradias q falaram que era nós remédio. Ate agora nada. Então aqui no Bairro do jaguare não temos área de esportes pra nossas crianças. Mais um posto de saúde só tem um sempre lotado mais segurança nas escolas, temos direito de saúde, educação e moradias etc.esse é o meu apelo obrigado.	Notícias	
PPaulo Sérgio	Sou morador da Diogo Pires, e eu juntos com os moradores estamos na espera por 10 anos de espera,pedimos nesse projeto que traga mas benefícios no bairro,, O bairro do jaguare está esquecido pelos órgãos de habitação,além de habitação que tá precária não temos muito, área de lazer,cultura ,,e o mais importante que pedimos que os responsáveis pela habitação respeite a fila de espera pela moradia,e que a prioridade é da Diogo Pires pelas moradias dos remédios, por fomos removido da área com a promessa de ir pra esse local,,desde já agradeço	Notícias	
Maria Silvana	Estou a 10 anos juntos com os moradores da Diogo Pires na espera pela moradia, e peço que esse projeto priorize a diogo pires em receber o seu apartamento na Vila dos remédios, por fomos removido da área com a promessa de ir prós empreendimento dos remédios, que os responsáveis pela se habi respeite a fila, e que essa obra traga mas cultura, lazer por que está escasso no bairro	Notícias	
Divaldino Neves Vieira	Meu nome é Divaldino Neves Vieira,fui moradora da rua Diogo Pires e faço parte do movimento Diogo Pires. Estamos à quase 10 anos no auxílio aluguel e esperando por nossa moradia , que era pra ser entregue no prazo de 2anos apartir da data que entregarmos nossas moradias para a demolição, e ate hoje estarmos no aluguel. Não é justo que passe pessoas que chegaram por último no auxílio aluguel em nossa frente,furando a fila por moradia. E gostaríamos também de melhorias em nosso bairro:como mais creches,hospitais,áreas de lazer e mobilidade no trânsito , com a construção de uma Ponte que liga o jaguare à Vila à Vila Leopoldina na Av Mofarrej.	Notícias	
Neli Mendes de Moraes	Sou moradora do Jaguaré, faço parte do movimento da Rua Diogo Pires do Jaguaré, onde estamos morando de aluguel a mais de 10 anos. Queria um pouco mais de atenção com nossas moradia. Falta projetos sociais e de lazer para as crianças. Aqui no bairro só tem 1 posto de saúde que não consegue atender com eficiência a comunidade devido a grande demanda de moradores.	Apresentação	
Paulo Henrique dos Santos	Olá sou uns dos moradores da diogo Pires estamos á dez anos há espera da nossas moradia infelizmente estamos esquecidos precisando,não só de moradia,precisamos de postos de saúde,escolas e áreas de lazeres.espero que olhem por todos nós aqui da zona oeste jaguaré	Notícias	
Paulo Henrique dos Santos	Olá sou uns dos moradores da diogo Pires estamos á dez anos há espera da nossas moradia infelizmente estamos esquecidos precisando,não só de moradia,precisamos de postos de saúde,escolas e áreas de lazeres.espero que olhem por todos nós aqui da zona oeste jaguaré	Notícias	
Rozeli Batista Neto	Olá,sou moradora da rua Diogo,junto com outras famílias faço parte do movimento Diogo Pires estamos aguardando por nossa moradia a 10 anos,nosso bairro está carente precisando de postos de saúde,hospitais,laboratórios médicos ,mais creches,unidades com cursos profissionalizantes dentre outros...	Notícias	
Paulo Henrique dos Santos	Olá sou um de tantos moradores da diogo Pires jaguaré estamos na espera a dez anos. Infelizmente estamos esquecidos,naõ apenas na moradia,na ária da saúde da educação,e lazeres, Nos do bairro do jaguaré precisamos de mais atenção,estamos esquecido em todos os sentidos. Grato esperamos que vocês deem atenção para nós.assim todos nós esperamos um retorno...	Notícias	
Joana Batista de oliveira	Olá sou moradora da Diogo Pires ,faço parte do movimento Diogo Pires estamos a 10 anos aguardando por nossas moradias .Nosso bairro infelizmente está esquecido tanto na área da saúde como na educação e segurança precisamos de hospitais ,postos de saúde ,escola e segurança ...	Notícias	
Antônio Juarez da Silva	Sou morador e faço parte do Movimento Diogo Pires do Bairro Jaguaré, grupo de famílias que estão a mais de 10 anos no auxílio aluguel. Segue as minhas sugestões: 1Priorizar as moradias definitivas para as famílias que estão a mais de 10 anos no auxílio aluguel 2construção de unidades básicas de saúde com mais médicos de diversas especialidades 3Construção de hospital na região 4construção de mais pontes de acesso para diminuir o trânsito	Notícias	
Maria dos Santos	Sou moradora e representante do movimento Diogo Pires no bairro do Jaguaré estamos no grupo de família que estão no auxílio aluguel e a mais de dez anos estamos à espera de uma moradia digna E a minha sugestão para incluir no projeto Piu Arco de Pinheiros Investimento no urbanístico para as comunidades do Jaguaré Necessitamos de mais creches Unidade Básica de saúde Médico especialista Uma área de lazer tipo parque Um centro Cultural para toda as idades	Notícias	
Antônio Juarez da Silva	Sou morador e faço parte do Movimento Diogo Pires , grupo de famílias que estão há mais de 10 anos no auxílio aluguel,aguardando nossa moradia digna. segue as minhas sugestões: 1Priorizar as construções de prédios para os moradores que estão no auxílio aluguel 2construção de unidades básicas 3 Construção de Pontes do acesso para diminuir o trânsito .	Notícias	

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Maria Ducleide Nazaro	Dêem prioridade de investimentos para as comunidades do Jaguaré, estamos a mais de 10 anos no auxílio aluguel. Faço parte do Movimento Diogo Pires e precisamos urgentemente que algo seja feito a respeito das famílias que estão nessa espera. Construção de mais unidades Básicas com diversas especialidades. Construção de Hospital na região Construção de pontes de acesso para diminuir o trânsito Áreas de lazer e parques Espaço cultural Construção de creches e CCA Revitalização na estação Presidente Altino Melhorias no transporte na região Construção de Hospital veterinário gratuito	Notícias	Conforme o Art. 31 do Projeto de Lei do PIU ACP: § 1º. São elementos do Programa de Intervenções previsto nesta Lei: I. Programa Habitacional de Interesse social, que contempla ações que busquem garantir o direito à moradia digna, promovendo o atendimento habitacional adequado e definitivo às famílias de baixa renda e prevendo o atendimento provisório quando necessário aplicam-se as seguintes disposições: a. ao menos 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados na conta segregada citada no art. 35 desta Lei serão destinados a ações referentes ao Programa Habitacional de Interesse Social; b. fica autorizada a aquisição de terrenos para subsídio à produção habitacional de interesse social e à provisão de moradias para população de baixa renda, incluindo-se a implantação Empreendimentos de Habitação de Interesse Social - EHIS, com uso misto nas edificações, destinados a formação de parque público de locação social; c. devem ser promovidas a realização de parcerias com o setor privado para a provisão de Habitação de Interesse Social.; d. a destinação de terrenos em função da aplicação da Cota de Solidariedade, observadas as demais disposições desta Lei, será realizada integralmente no parâmetro de abrangência da AIU-ACP. § 2º. A provisão habitacional de interesse social será realizada atendendo-se, preferencialmente, a população moradora do ACP, observando-se o Mapa III desta Lei. § 3º. As políticas públicas de habitação no PIU-ACP devem seguir diretrizes estabelecidas no âmbito da política habitacional municipal, conforme definições da Secretaria Municipal de Habitação e mecanismos definidos em regulamentações específicas; No que se refere aos equipamentos públicos, o PIU ACP incentiva que grandes lotes próximos à Rua Diogo Pires sejam parcelados e destinem, por obrigação, áreas institucionais para sua implantação. Tratam-se dos Projetos Estratégicos que compõem a Frente do Rio Pinheiros, os quais também deverão também destinar Áreas Verdes que promovam a recuperação da Área de Preservação Permanente (APP), fornecendo novas áreas livres para a população (ver Mapa VII e Quadros 2 e 2A). O Projeto de Lei também contempla um Programa de Intervenções (Mapa VI), que aborda diversas estratégias de mobilidade, incluindo uma ciclopassarela proposta para conectar a Av. Alexandre Mackenzie à Estação Ceasa do trem e uma ponte conectando o viaduto da Av. Ruth Cardoso à Av. Alexandre Mackenzie.
Antonia cleide	Toda mudança é válida pra toda a Cidade. Mesmo que em meio a transtornos. Nós do Movimento Diogo Pires (Jaguaré). Estamos a espera de nossa moradia à mais de 10 anos. Confiamos no trabalho da prefeitura. E que nao se esqueça de nós pois estamos de olho em nossos direitos.#movimentodiogopires O Bairro precisa de mais creche. Escolas profissionalizantes Quadras de esportes Segurança. Restauração de escolas Pavimentacao Calçadas que ja nao existem. Iluminacao de ruas	Notícias	
Adilson honorato	Boa noite muito legal esse projeto Mais venho informa que hoje sofremos muito por falta de moradia a qual estamos esperando a quase 10 anos e até agora nada. Tiraram todos da Diogo Pires com promessas q teríamos a nossa tão sonhada moradia. Bom e com tudo isso gostaria de ver no jaguaré construir um posto de saúde ao qual esse da vila nova jaguaré é lotado, construir um centro de esportes recreação e cultura para nossos jovens e crianças, iluminação pública, uma clínica para animais, praças e restauração de poucas q ainda resta é etc	Notícias	
Laura nicassio de mattos	Estamos a dez anos esperando a tão sonhada moradia faço parte do movimento Diogo Pires.	Notícias	
Neli Mendes de Moraes	Sou moradora do Jaguaré, faço parte do movimento por moradia da Rua Diogo Pires do Jaguaré, onde já estamos a mais de 10 anos morando de aluguel. Gostaria de um pouco mais de atenção para resolver os problemas de moradia. Nosso bairro conta apenas com 1 posto de saúde, que não consegue atender com eficiência toda a comunidade devido a grande demanda. Não temos nenhum projeto social ou de lazer para as crianças e jovens.	Notícias	Sobre a questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.
Elizete Mendes da Silva	Sou moradora do Jaguaré, faço parte do movimento por moradia da Rua Diogo Pires do Jaguaré, estamos a mais de 10 anos morando de aluguel, precisamos urgente de uma solução para o problema das moradias. Nosso bairro não conta com nenhuma estrutura de atendimento a crianças e jovens, nao tem nenhuma area de lazer. A saúde depende somente de 1 posto de saúde, que não podemos contar, pois sempre está lotado.	Notícias	
Elenita Mendes da Silva	Moro no Jaguaré e faço parte do movimento de moradia da Rua Diogo Pires. Moramos a mais de 10 anos de aluguel. Nosso bairro está muito abandonado, precisamos de moradia, postos de saúde, mais segurança, cursos para os adolescentes e mais locais de diversão para as crianças.	Notícias	
Lucinaldo Lima da Silva	Sou moradora do Bairro do Jaguaré a mais de 30 anos, morava na Diogo Pires, até que o pessoal da prefeitura chegou lá e começou a remover as famílias, oferecendo um auxílio aluguel de 500 reais, e na promessa que teríamos nosso tão sonhado apto próprio, com área de lazer e play ground para as crianças, coisa que até hoje só ficou na promessa, fazem 10 anos que estou aguardando ser entregue ,faço parte DO MOVIMENTO DIOGO PIREs, e hoje tem lá na vila dos remédios o empreendimento que foram prometido para nós que quando estivesse pronto , seríamos moradores de lá. Mas até hoje nada. O nosso bairro Jaguaré ,foi esquecido, faltam melhorias , a única UBS está super lotada, precisamos de mais um hospital de pronto-socorro aqui na região, cursos e área de lazer para os moradores, construção de pontos para desafogar o trânsito que se forma aqui todos os dias, mais rampas de acesso para os cadeirantes, os parques aqui estão deteriorados por falta de manutenção por parte dos órgãos competentes, um AME especializado na saúde da mulher e do idoso, ponto de ônibus para facilitar o dia adiados moradores e por mais atenção a esse bairro nosso Jaguaré .	Notícias	
Isaac Almeida	Sou morador do Bairro Jaguaré. Movimento Diogo Pires. Tenho 18 anos. Faz 10 anos q minha família aguarda nossa moradia. Confiamos plenamente na prefeitura e sua equipe de engenheiros assistentes sociais e etc. Que não nos deixaria sem nossos lares ou muito menos respostas pra tanta demora desta entrega. Aguardamos uma resposta.	Notícias	
Maria Aparecida de Gouveia Moraes	Maria Aparecida De Gouveia Moraes em 23/05/2019 às 20:00 disse. Faço parte do movimento Diogo Pires, junto com os outros familiares no auxílio aluguel há dez anos , gostaria que os Governantes tomassem providências para melhorias no nosso bairro , e olhassem mais pelas pessoas carentes ,nosso bairro precisa de hospitais , postos de saúde com especialidade , creche para crianças , onde a criança estude meio período e meio período fique em uma recreação , área de lazer para idosos , praças com área de lazer , espero que atravez dessa gestão urbana , sejam tomadas devidades providências para entrega de nossas moradias o mais rápido possível . Obrigado .	Notícias	
Erneide mendes da silva	Sou moradora do bairro jaguaré há 22 e recebo auxílio aluguel há 11 ANOS. Venho solicitar mais uma vez o direito de moradia propria, alem de melhorias para nosso bairro na area de saúde, educação,lazer, iluminação, segurança,cursos tecnicos, entre outros.	Notícias	
Erneide mendes da silva	Sou moradora do bairro jaguaré há 22 e recebo auxílio aluguel há 10 ANOS. Venho solicitar mais uma vez o direito de moradia propria, alem de melhorias para nosso bairro na area de saúde, educação,lazer,	Notícias	
Márcia Seminars	Nasci no bairro há 54 anos atrás, e vi sua degradação, o crescimento das favelas, da violência, da falta de segurança, do lixo , da falta de educação e respeito. Sou professora e acho que passou da hora dos governantes olharem por nosso bairro. Ele necessita de muitas melhorias! Mais segurança, mais verde, mais vias de acesso, escolas de ensino médio, um parque , mais verde!E principalmente mais fiscalização, as pessoas constroem ilegalmente em todos os lugares, no meio da rua, nas calçadas, fecham vias...e ninguém toma providência. Nosso bairro foi um lugar muito bonito, agradável e seguro! Uma pena!!!	Notícias	
Antonia Cleide dos Santos de Almeida Almeida (Movimento Diogo Pires)	Tudo que for pra melhoria da cidade será sempre bem vindo pela população. Pricipalmente a saúde, escola e moradias. Nós do movimento Diogo Pires (Jaguaré) estamos no aguardo da resposta da prefeitura no que diz respeito a moradia algumas pessoas a mais de 10 anos.	Perímetro de intervenção	
Orlando rocha	Sou morador da diogo pires e estou auxílio aluguel a 10 anos .e estou esperando por minha moradia a qual tenho direito tinha minha casa na diogo pires a mais de 30 anos e simples porem minha a qual foi co atruida com muito suor e muito dificuldade.Hoje moro em uma casa pequena de aluguel que a prefeitura paga um valor pequeno a qual tenho que enterra a outra parte ...Quero a minha moradia a qual tenho direito ..seja que tenho que esperar por mais quanto anos ...	Notícias	
ALEX GOMES DE ALENCAR	Priorizar a construção de moradias para retiradas das favelas do lado do rio onde situam-se as empresas como a Roche, Bunge, etc.; Canalização dos córregos utilizados por estas comunidades, desobstrução das vias públicas ocupadas irregularmente, tal como a Av. Dracena e Rua Diogo Pires. Estas vias são o acesso de carretas e outros transportes para as empresas do bairro; Redimensionar os serviços de coleta de lixo e entulho destas mesmas avenidas, o que desestimula o crescimento do comércio e moradia.	Notícias	As favelas do distrito do Jaguaré, localizadas no interior do perímetro do ACP, serão consideradas no Projeto de Lei. As soluções serão adotadas em função de uma análise pormenorizada e por meio do diálogo com a população de cada comunidade, uma vez que existem situações bem diversas pelo território. O ACP resguarda 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados para provisão habitacional de interesse social (ver Art. 25 do Projeto de Lei), além de utilizar de forma estratégica a Cota de Solidariedade do Projeto Estratégico da CEAGESP, para que parte dela seja aplicada em seu interior (ver Art. 24 do Projeto de Lei). No que se refere aos acessos à esta Zona Predominantemente Industrial (ZPI), o PIU ACP contempla uma nova ponte conectando a Av. Alexandre Mackenzie com a Av. Ruth Cardos em seu Programa de Intervenções (Mapa VI).
Maria de Lourdes da Paixão Augusto	Quando será criado o posto de saúde no Jaguaré? Essa segunda unidade já foi aprovada desde 2016. A demanda de moradores que necessitam de atendimento à saúde é alta e não comporta mais atendimento na unidade já existente. Temos muitos idosos no bairro, que criaram o bairro, pagaram e pagam muitos impostos e não são atendidos.	Notícias	O PIU ACP incentiva que grandes lotes no Distrito do Jaguaré sejam parcelados e destinem áreas institucionais para implantação de equipamentos públicos que poderão contemplar esta importante demanda por UBS, já constatada pelo PIU ACP desde sua fase de diagnóstico.
Maria de Lourdes da Paixão Augusto	Precisamos ter mais pontes ligando a região do Jaguaré com a Lapa/leopoldina, para que seja mais ágil o tráfego da região, que está saturado em todos os horários. O trânsito é insustentável na avenida e ponte do jaguaré.	Notícias	O PIU ACP contempla uma nova ponte no prolongamento da Av. José Maria da Silva em direção à CEAGESP e outra conectando a Av. Alexandre Mackenzie com a Av. Ruth Cardos em seu Programa de Intervenções (Mapa VI).
Maria de Lourdes da Paixão Augusto	Zeladoria da sub prefeitura da Lapa é ineficiente e totalmente ausente no bairro do Jaguaré. Precisamos de limpeza das vias, manutenção das praças, lixeiras na avenida presidente altino na região central, com várias agências bancárias e aglomeração de pessoas. Solicitamos a instalação de um Ecoponto no bairro, pois com as favelas o descarte de móveis e entulho é constante.	Notícias	O PIU ACP contempla um Programa de Intervenções para o distrito do Jaguaré, contendo novas praças, caminhos verdes, melhoramentos viários, ciclopassarelas e uma nova ponte, conforme pode ser visto no Mapa VI.
Maria Angélica Gomes	Acho super importante que esse projeto vá adiante para melhorar esta região em especial os bairros Jaguaré, Leopoldina, Rio Pequeno. Com certeza ira aliviar o trânsito e sustentará o projeto urbanístico da V Leopoldina que irá trazer muitos moradores para a região.Precisamos de saneamento básico, unidades de saúde não apenas dentro das comunidades , espalhadas pelo bairro para que todos tenham direito e consigam usar.	Notícias	O PIU ACP incentiva que grandes lotes e glebas sejam parcelados e destinem áreas institucionais para implantação de equipamentos públicos.

Nome	Contribuição	Contexto	Resposta
Maria de Lourdes da Paixão Augusto	O Jaguaré está rodeado de favelas e a criminalidade só cresce no bairro. É urgente que sejam criadas moradias sociais para abrigar essas pessoas, promoção de projetos de educação, qualificação profissional/técnica e cultura, que vise o controle da criminalidade. Jovens ocupados não ficam vulneráveis ao crime.	Notícias	<p>As favelas do distrito do Jaguaré, localizadas no interior do perímetro do ACP, serão consideradas no Projeto de Lei. As soluções serão adotadas em função de uma análise pormenorizada e por meio do diálogo com a população de cada comunidade, uma vez que existem situações bem diversas pelo território. O ACP resguarda 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados para provisão habitacional de interesse social (ver Art. 25 do Projeto de Lei).</p> <p>O Projeto de Lei contempla um Programa de Intervenções que pode ser visto em seu Mapa VI. Diversas estratégias ambientais e de mobilidade estão dispostas nesse programa, distribuídas pelo território. O PIU ACP também incentiva que grandes lotes e glebas sejam parcelados e destinem áreas institucionais para implantação de equipamentos públicos.</p>
Flávio Luís malaco	<p>Acredito que nosso bairro pq co timental esta sendo esmagado no quesito de locomoção, uma vez que os transtornos de transito chegam a congestionar avenidas residenciais.</p> <p>Um estudo se faz necessário bem como mais rotas de acesso e interligação entre . Ceasa.. jaguare... parque continental.</p> <p>Só temos a ponte do jaguare para fazer o transbordo de todos desta região.</p> <p>Uma nova ponte seria de grande valia.</p> <p>Como na região esta com um constante crescimento de favelas, se faz necessário também acertar a questão de verticalização das mesmas em espaços mais adequados</p> <p>Postos de saúde na região são muito poucos... então a criação de novos postos de atendimento também se faz necessário.</p> <p>Quanto às ciclofaixas.. creio que um estudo deveria ser feito de forma melhor. Pois as que tem na região saem do nada e vão para lugar nenhum.</p>	Notícias	<p>Um Plano de Mobilidade para contemplar o adensamento previsto é fundamental. O ACP adota a estratégia de incentivar a intermodalidade e a utilização diversificada dos modais presentes no seu perímetro. A implantação de novas cicloviárias e ciclopassarelas conectando o território às estações do trem, os caminhos verdes promovendo percursos confortáveis em direção às faixas exclusivas e futuros corredores de ônibus, a abertura de novas vias públicas e a implantação de novas pontes (uma no prolongamento da Av. José Maria da Silva em direção à CEAGESP e outra conectando a Av. Alexandre Mackenzie com a Av. Ruth Cardoso) são exemplos de estratégias que provocam a distribuição do uso da infraestrutura urbana de mobilidade (ver Mapa VI - Programa de Intervenções). Além disso, o adensamento está previsto para ocorrer em função da implantação de empreendimentos que contenham uso misto (residencial e não residencial), que devem oferecer novos locais e postos de trabalho no próprio território, com o objetivo de diminuir as distâncias entre moradia e emprego e a dependência em relação ao centro expandido da cidade.</p>
Flávio Luís malaco	<p>Na questão da locomoção.</p> <p>A região esta completamente estrangulada por conta de falta de acesso e de interligações com os bairros do Ceagesp, vila.leopoldina e Jaguare.</p> <p>Se faz necessário a construção de nova ponte para alinhar o fluxo caótico existente.</p> <p>Quanto a saúde.</p> <p>Deve-se criar mais postos de saúde ou até um hospital nesta região, já que o crescimento populacional esta a todo vapor.</p> <p>Quanto a questão de moradias..</p> <p>Deve-se verticalizar as favelas em pontos mais adequados e menos perigosos, basta ver os arredores do venolao e marginal Pinheiros para entender o assunto..</p> <p>Quanto às ciclofaixas..</p> <p>Um estudo bem feito deve ser realizado para mudar o que já existe.. pois muitas saem do nada e vão para lugar nenhum.. atrapalhando o transito... por ex. Ciclofaixas da Av. Antonio de souza noschese. (No guem anda de bicicleta nela... só o povo que faz cooper que a usa.. e olha que temos pista de cooper no bairro.</p> <p>Quanto a segurança..</p> <p>Não adianta ter um posto de polícia na região se o mesmo não está aparelhado para funcionar.</p>	Notícias	<p>As favelas localizadas no interior do perímetro do ACP serão consideradas no Projeto de Lei. As soluções serão adotadas em função de uma análise pormenorizada e por meio do diálogo com a população de cada comunidade, uma vez que existem situações bem diversas pelo território. O ACP resguarda 30% (trinta por cento) dos recursos arrecadados para provisão habitacional de interesse social (ver Art. 25 do Projeto de Lei).</p> <p>O PIU ACP incentiva que grandes lotes e glebas sejam parcelados e destinem áreas institucionais para implantação de equipamentos públicos.</p> <p>No que se refere à questão da segurança, acredita-se que a sucessiva transformação do território - que hoje contém grandes muros, quadras extensas e barreiras urbanas - em áreas conectadas, com urbanidade, dinâmicas, com comércio, fachadas ativas, moradia, equipamentos e áreas verdes deverá contribuir para a melhoria na segurança pública.</p>